

Título original:  
*Cidade e Império.*  
*Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*

© os autores dos textos e Edições 70 (ver págs. 7-8)

Capa de FBA

Depósito Legal n.º 366328/13

**Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação**

CIDADE E IMPÉRIO

Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações  
Pós-Coloniais/ org. Nuno Domingos, Elsa Peralta-  
- (História & sociedade ; 12)  
ISBN 978-972-44-1768-4

I - DOMINGOS, Nuno, 1976-  
II - PERALTA, Elsa

CDU 94(469-44)\*19"  
325  
316

Paginação: f

MA

Impressão e acabamento:  
PENTAEDRO, LDA.  
para  
EDIÇÕES 70, LDA.  
Outubro de 2013

Direitos reservados para todos os países de Língua Portuguesa  
por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 – 3.º C – 1050-117 Lisboa / Portugal  
e-mail: geral@edicoes70.pt

[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

**CIDADE E IMPÉRIO**  
**DINÂMICAS COLONIAIS**  
**E RECONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS**

**NUNO DOMINGOS E ELSA PERALTA**  
**ORGS.**

**70**

# Índice

## INTRODUÇÃO

- A Cidade e o Colonial  
*Nuno Domingos/Elsa Peralta* . . . . . IX

## PARTE I CIDADES COLONIAIS: TRABALHO, TERRITÓRIO E ESTADO

- Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas  
*Isabel Castro Henriques/Miguel Pais Vieira* . . . . . 7
- A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques  
*Nuno Domingos* . . . . . 59
- Cidades coloniais: fomento ou controlo?  
*Diogo Ramada Curto/Bernardo Pinto Da Cruz* . . . . . 113
- Poder e a paisagem social em mudança na Mueda, Moçambique  
*Harry G. West* . . . . . 167

## PARTE II REPRESENTAÇÕES DO IMPÉRIO: DISCURSOS METROPOLITANOS, CIRCULAÇÕES E MEMÓRIAS

- As ruínas das cidades: história e cultura material do Império Português da Índia (1850-1900)  
*Filipa Lowndes Vicente* . . . . . 227

Lisboa, capital do império. Trânsitos, afiliações, transnacionalismos <i>Manuela Ribeiro Sanches</i> . . . . .	279
«A juventude pode ser alegre sem ser irreverente». O concurso <i>Yé-yé</i> de 1966-67 e o luso-tropicalismo banal <i>Marcos Cardão</i> . . . . .	319
A composição de um complexo de memória: O caso de Belém, Lisboa <i>Elsa Peralta</i> . . . . .	361

PARTE III  
DESDOBRAMENTOS PÓS-COLONIAIS:  
CONTINUIDADES E RUTURAS

A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afeto na arquitetura informal <i>Eduardo Ascensão</i> . . . . .	415
«Fomos conhecer um tal de Arroios»: Construção de um lugar na imigração brasileira em Lisboa <i>Simone Frangella</i> . . . . .	463
Um lugar estrutural? Legados coloniais e migrações globais numa rua em Lisboa <i>José Mapril</i> . . . . .	503
A colónia, a metrópole e o que veio depois dela: para uma história da construção política do trabalho doméstico em Portugal <i>Nuno Dias</i> . . . . .	525
Lisboa redescobre-se. A governança da diversidade cultural na cidade pós-colonial. A <i>Scenescape</i> da Mouraria <i>Nuno Oliveira</i> . . . . .	557
NOTAS BIOGRÁFICAS . . . . .	603
ÍNDICE REMISSIVO . . . . .	609
ÍNDICE GEOGRÁFICO . . . . .	619
ÍNDICE ONOMÁSTICO . . . . .	625

As Ruínas das Cidades:  
história e cultura material  
do Império Português da Índia (1850-1900)

FILIPA LOWNDES VICENTE

**Um historiador goês na Índia Britânica**

Como ponto de partida para pensar as representações das cidades do Império português, tomamos a obra de José Gerson da Cunha (Goa-Bombaim, 1844-1900), historiador goês que viveu na Índia colonial britânica. As suas publicações revelam as múltiplas identidades do seu autor, as geografias onde se moveu, assim como a evolução do seu percurso intelectual<sup>(1)</sup>. Goês, de nacionalidade portuguesa, católico de casta Brâmane, Gerson da Cunha fazia parte da elite goesa. Pertencente à mais alta casta do hinduísmo, sem deixar de estar ligado ao catolicismo, beneficiava, por isso, do melhor dos dois mundos. O catolicismo fora a religião imposta pelos portugueses no século XVI e passou a ser, progressivamente, a religião da maior parte das elites goesas do século XIX, sobretudo nas velhas conquistas. Como memória das suas raízes hindus, as elites católicas nativas continuaram a reconhecer o sistema de castas, tal como acontecia entre os hindus. As características identitárias de Gerson da Cunha – origem social, educação, religião e género – levaram-no a sair de Goa, aos dezasseis anos, para ir estudar medicina em Bombaim, uma trajetória educacional e geográfica

---

<sup>(1)</sup> George Mark Moraes, «Dr. José Gerson Da Cunha 1844-1900», *The Bombay Branch of The Royal Asiatic Society* (1964-1965) – *Dr. José Gerson da Cunha: Memorial Volume* (Bombaim: Published by the Society, 1967), pp. 39-45.

que se tornou cada vez mais comum entre os jovens das elites goesas, ao longo da segunda metade do século XIX.

Uma análise dos seus textos – data e lugar de publicação, língua em que foram escritos, assuntos tratados e abordagens escolhidas – revela bem como o estudo da presença portuguesa em cidades indianas ocupa um lugar central, no contexto geral da sua obra. No começo da idade adulta, ensaiou as suas inquietações literárias nalguns periódicos goeses, escrevendo em português, e, ao fazê-lo, afirmou-se entre a elite goesa que constituía o universo dos seus leitores. Enquanto prosseguia a sua formação profissional em medicina, em Bombaim primeiro e, depois, em Edimburgo e Londres, foi na sua terra natal que começou por publicar pequenos artigos sobre temas apartados dos seus interesses profissionais. Por sua vez, quando começou a afirmar-se como médico, virou-se para as grandes revistas britânicas da especialidade, tais como a *Lancet*. E, se foi na língua portuguesa que escreveu os seus primeiros textos, foi em inglês que se passou a exprimir, quando se formou como médico e se estabeleceu em Bombaim. Foi ali que viveu até à sua morte, com 56 anos, tendo passado grandes temporadas na sua Goa natal – lugar de onde também era natural a sua mulher, Ana Rita da Cunha – e viajado periodicamente pela Europa, sobretudo Itália e Paris<sup>(2)</sup>.

A partir de meados da década de 1870, Gerson da Cunha deixou de publicar em revistas médicas, para se dedicar inteiramente à história, arqueologia, filologia, etnografia e numismática indianas. A língua em que escreveu continuou a ser o

(2) Não há notícias de que Gerson da Cunha tenha visitado Portugal. Apesar de ter sido membro de várias instituições culturais, da Sociedade de Geografia de Lisboa à Academia das Ciências de Lisboa, e dos seus interesses históricos pela presença portuguesa na Índia, a sua «Europa» circunscrevia-se sobretudo a Londres, Paris, Florença e Roma. Sobre as suas viagens à Europa, ver Filipa Lowndes Vicente, «The thousand and one nights of Paris: An Indian traveller at the 1867 Universal Exhibition», *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*, vol. 13 (2012), pp. 133-151; sobre as suas relações com a Itália ver Filipa Lowndes Vicente, *Outros orientalismos. A Índia entre Florença e Bombaim (1860-1900)* (Lisboa: ICS, 2009).

inglês, que começara por usar apenas nos textos médicos, mas os lugares de publicação passaram a ser distintos. Os seus artigos começaram a surgir em prestigiadas publicações indianas, ou melhor indo-britânicas, tais como o *Indian Antiquary* ou *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, ambos de Bombaim. Na Europa, colaborou brevemente na *Revue Internationale*, publicada em Florença pelo seu amigo Angelo de Gubernatis, intelectual e orientalista italiano. Porém, a divulgação da sua obra fez-se, sobretudo, em inglês através de revistas publicadas na Índia Britânica.

Nas fronteiras de mundos diversos que raramente se tocavam, Gerson da Cunha distinguia-se tanto na escolha de temas, como no modo de os abordar. Por um lado, o historiador privilegiou análises diacrónicas de um mesmo espaço geográfico, sublinhando as diferentes colonizações de um mesmo lugar, bem como a presença de religiões diferentes: da muçulmana ao hinduísmo ou ao catolicismo. Por outro lado, o seu conhecimento de várias línguas e de diferentes historiografias nacionais permitiu-lhe conjugar tradições históricas e bibliográficas que raramente se cruzavam. O seu domínio daquilo que se publicava em Goa, em Bombaim, em Londres ou em Lisboa, o facto de viver entre duas Índias coloniais e da sua Europa ser feita de uma grande diversidade faziam com que se movesse intelectualmente entre universos distintos.

Mais do que sobre os territórios indianos que ainda estavam, na segunda metade do século XIX sob o controlo do governo português, Gerson da Cunha interessava-se principalmente por aquelas cidades que tinham sido colonizadas pelos portugueses no século XVI, mas que, no século XIX, apenas podiam exibir os vestígios desse domínio remoto. Eram precisamente esses vestígios, sob a forma de documentos escritos, mas sobretudo de ruínas de edifícios ou inscrições tumulares, que mais lhe interessava analisar. Constituíam a memória – escrita ou material – de uma história que, no seu entender, se encontrava por fazer. No entanto, o seu interesse por regiões associadas a Portugal não deve ser confundido com um interesse somente por uma «Índia Portuguesa». O seu projeto ultrapassava a simples ideia

de fazer uma história de Portugal na Índia para, em vez disso, privilegiar uma história da Índia onde existira uma presença portuguesa, mas que não descurava a existência de outras comunidades, outras religiões, outros poderes e outras presenças colonizadoras, explorando, por vezes, os seus cruzamentos. Foi o que aconteceu na passagem do domínio sobre a cidade de Bombaim, da coroa portuguesa para a britânica. A história que pretendia fazer era a de uma parte da Índia que, num determinado momento, se cruzara com a história de Portugal, mas que possuía outras histórias, antes, durante e depois da presença portuguesa. Histórias que, por vezes, também eram histórias coloniais.

Poderão os seus textos ser considerados gestos de colaboração para com o governo colonial português? Terá Gerson da Cunha empreendido uma *voyage in*, a expressão que Said encontrou para designar aqueles escritores, historiadores e intelectuais das periferias do mundo que fizeram um «esforço consciente para participar do discurso da Europa e do Ocidente, misturando-se com ele, transformando-o, obrigando-o a reconhecer histórias marginalizadas ou suprimidas ou esquecidas»<sup>(3)</sup>? No caso dos autores goeses de Oitocentos, a questão não se pode colocar desta forma. Para o erudito goês, a exemplo de outros eruditos seus conterrâneos, a oposição entre periferias e centros, entre europeu e não europeu, não fazia sentido. Só a custo de pode falar em apropriação dos instrumentos daquilo que, num contexto não-europeu, era considerado uma «cultura europeia». Isto porque só pode existir apropriação quando existe distanciamento em relação à cultura em causa. Ora, Gerson da Cunha, a exemplo de outros intelectuais goeses católicos, assumia a «cultura europeia» como uma categoria alargada, que utilizava para denominar as muitas referências com as quais tinha crescido.

A abordagem de Gerson da Cunha oferecia uma visão caleidoscópica sobre regiões da Índia que, normalmente, estavam apenas sujeitas ao olhar histórico do colonizador. A sua perspe-

<sup>(3)</sup> Edward W. Said, *Culture and imperialism* (Londres: Chatto & Wind, 1993), pp. 260, 261.

tiva era distinta da dos portugueses que escreviam sobre a Índia a partir da metrópole, tal como também era distinta daqueles que, sendo goeses ou portugueses, escreviam a partir de Goa: por um lado, a sua visão não era eurocêntrica mas sim indocêntrica, e isto diferenciava-o da historização da Índia que se fazia no Portugal de então; por outro lado, mesmo no interior da Índia, a sua visão não era feita a partir do lugar do colonizado. A Goa do século XIX, onde a conversão religiosa e a imposição política e cultural dos portugueses, desde o século XVI, já tinha sido assimilada pela maioria dos goeses, caracterizava-se por um tecido social impossível de reduzir à antinomia colonizadores e colonizados que se encontrava na Índia Britânica. Ao observar a Índia Portuguesa com base no contexto de dominação da Índia britânica, será possível compreender melhor o lugar a partir do qual Gerson da Cunha escrevia sobre as «cidades coloniais» de um império português que já não existia, a não ser como um lugar da memória histórica.

Poderá o seu discurso ser confundido com as narrativas metropolitanas produzidas num contexto de poder colonial, ou seja, com as histórias da gesta portuguesa na Índia tão caras às celebrações do Centenário da Índia em 1898, em boa medida retomadas pelo Estado Novo para legitimar os seus projetos ultramarinos? Por um lado, é certo que a história tida como gloriosa era também a sua. Mas, por outro, a sua abordagem não era a daqueles que escreviam a partir da metrópole somente com fontes portuguesas e existentes em Portugal. O projeto historiográfico de Gerson da Cunha condenava algumas práticas de colonização praticadas pelos portugueses no passado, tais como a destruição de templos hindus ou as estratégias de conversão dos jesuítas<sup>(4)</sup>. Tal perspectiva crítica fazia parte de uma

<sup>(4)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the shrine of S'ri Saptakotis'Vara», *The Indian Antiquary*, Parte XXXII, vol. III (julho 1874), pp. 194-195; José Gerson da Cunha, «Materials for the history of oriental studies amongst the Portuguese», *Atti del IV Congresso Internazionale degli Orientalisti tenuto a Firenze nel Settembre 1878*, vol. II (Florença: Successori Le Monnier, 1880), pp. 187-191.

historiografia britânica sobre o Império português empenhada em legitimar o seu domínio sobre a Índia, mas também podia ser encontrada numa historiografia portuguesa politicamente inscrita no liberalismo e, mais tarde, no republicanismo, de tradições anticlericais e iluministas. A violência perpetrada pela Inquisição de Goa, por exemplo, em contraste com a apregoada tolerância religiosa dos britânicos face ao hinduísmo, era um tema bastante comum na historiografia britânica sobre a Índia que tendia a usar o caso goês como exemplo de «como não fazer». A este propósito, importa acrescentar que talvez o facto de escrever em inglês para um público maioritariamente britânico ou indiano – para além do domínio que tinha da documentação textual local, tanto portuguesa como britânica – proporcionasse a Gerson da Cunha a distância necessária para poder escrever com mais liberdade.

Gerson da Cunha analisou a história do império português na Índia dos séculos XVI ou XVII como parte da sua própria história. Vivendo na Índia, mas fora da chamada Índia Portuguesa, foi a partir dali que transformou as suas recolhas em saber organizado e divulgou os seus estudos. Este procedimento, que tinha tanto de local, como de cosmopolita, era contrário à maior parte dos casos em que os materiais eram recolhidos na Índia e tratados na Europa – expostos, divulgados, fosse sob a forma de publicação escrita, em reproduções fotográficas ou em representações da Índia em exposições ou museus.

Mas, afinal, qual era o seu projeto historiográfico? Detendo-se em regiões pouco ou nada estudadas por portugueses ou ingleses, Gerson da Cunha pretendia voltar a pôr no mapa da Índia os lugares esquecidos, semiabandonados, em ruínas, que no passado tinham ocupado um papel relevante na sua história. Assim, o presente revelava apenas os restos quase inexistentes ou quase ilegíveis de um passado historicamente valorizado. Ao mesmo tempo, o seu autor surgia como aquele que, ao recriar uma geografia fragmentada da ruína, impediria que esses lugares desaparecessem da memória histórica. A sua abordagem inseria-se, assim, no repetido discurso da decadência do Império português na Índia – a ideia de que Portugal tinha conhe-

cido a época áurea do seu domínio imperial na Índia dos séculos XVI e XVII mas que, a partir do século XVIII, ter-se-ia assistido à decadência desse mesmo domínio, até chegar ao estado de quase abandono com que as colónias portuguesas da Ásia eram descritas no século XIX. Objeto privilegiado da história oitocentista, as razões do declínio do Império português foram identificadas: da rivalidade face ao mercantilismo holandês e, depois, britânico, aos excessos da Inquisição ou das ambições jesuítas. As razões religiosas eram sobretudo invocadas no interior de uma historiografia britânica sobre a Índia ou das narrativas de viagem escritas por visitantes estrangeiros.

Assim, Gerson da Cunha também integrou a historiografia que construiu esta narrativa de auge e declínio do império português da Ásia. Uma contribuição, cuja genealogia remontava às narrativas de viagem anteriores ao século XIX e que se prolongou pelo Estado Novo, quando a Índia Portuguesa – por contraposição à mais recente colonização africana – surgiu como a mais antiga das conquistas portuguesas e o principal símbolo de um imperialismo católico e missionário. Tratava-se da propalada Roma do Oriente, que permitia a Portugal continuar a invocar direitos especiais no interior da Igreja Católica. A retórica simbólica associada à Índia Portuguesa explica também a resistência do Estado Novo, e de Salazar, em reconhecer o processo inevitável de Goa, Damão e Diu passarem a fazer parte da União Indiana, algo que só veio a acontecer em 1961, catorze anos depois da independência da Índia em relação à Grã-Bretanha.

Se Gerson da Cunha deve ser incluído numa genealogia de escrita sobre o Império português da Índia, o seu percurso biográfico e os múltiplos lugares a partir dos quais escreveu refletem-se no seu discurso. A este propósito, são de sublinhar dois aspetos: o seu descentramento temático, geográfico e temporal, que opera em relação a diferentes territórios, e os seus modos de conjugar historiografias distintas. Os seus conhecimentos sobre tudo aquilo que se escrevera sobre a Índia em português articulavam-se com um domínio do que tinha sido escrito noutras línguas, e do que se escrevera sobre outras Índias que não

a portuguesa<sup>(5)</sup>. Ao escolher aqueles lugares que já não pertenciam à Índia colonial portuguesa, acabou por se confrontar com outras histórias coloniais, sobretudo com a britânica.

Mas porque é que o historiador escolheu, sobretudo, aqueles lugares ou cidades onde a Índia Portuguesa já não existia no presente, mas apenas no passado? Porque é que não recorreu ao caso de Velha Goa, já na altura paradigmático enquanto metáfora do auge e declínio dos impérios, da efemeridade do poder, e da grandiosidade que as ruínas do presente revelavam sobre o passado? Será que não se queria confrontar com as implicações políticas de escrever sobre o presente da Índia Portuguesa? Velha-Goa, antiga capital do Império até ao século XVIII – que fora substituída pela vizinha Nova-Goa por razões de salubridade urbana – era a cidade-ruína por excelência. Foi descrita como uma cidade fantasma em incontáveis relatos de viagem, publicados em diferentes períodos. Entre as suas inúmeras ruínas, apenas se erguiam, inteiros, alguns edifícios religiosos, onde uns quantos padres e freiras contrariavam a ausência de vida humana. Mas essa decadente «Roma do Oriente» era ainda portuguesa, vizinha da Nova-Goa sua sucessora e, de algum modo, preservada pelo culto vivo de São Francisco Xavier com sede numa das suas igrejas. Tinha ruínas sim, mas tinha também algumas das igrejas mais emblemáticas do poder imperial e religioso português ainda a uso. E o corpo milagrosamente preservado de São Francisco Xavier, exposto na Igreja do Bom Jesus, com as suas exposições públicas periódicas, servia de garantia para que a cidade-ruína nunca fosse votada completa-

(5) Um exemplo, entre muitos, do modo como Gerson da Cunha dominava a historiografia portuguesa antiga encontra-se numa nota sobre as incongruências dos principais textos em relação à data de partida de Vasco da Gama para Lisboa: «Os historiadores portugueses estão muitas vezes em desacordo em questões de cronologia. Correa refere a data de 10 de dezembro; Enquanto Goes, Castanheda e Barros, refere 5 de outubro. Estes últimos têm mais probabilidades de estar certos», José Gerson da Cunha, «An historical and archaeological sketch of the Island of Anjediva», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, n.º XXXII, vol. XI (Bombaim: Society's Library, 1876), pp. 288-310, p. 297.

mente ao abandono. Ao atrair multidões de peregrinos, o culto voltava, periodicamente, a dar uma função à cidade e a devolver-lhe a pujança com que era identificada no passado.

As cidades sobre as quais Gerson da Cunha escreveu eram muito distintas. Eram cidades-vivas que tinham continuado a existir para além da cronologia imperial portuguesa. Em geral, as ruínas eram apenas as portuguesas. Obviamente Velha-Goa também teria que fazer parte da história geral do Império português que Gerson da Cunha pretendia escrever. Só o facto de já outros terem escrito sobre a antiga capital do Império e, quem sabe, o não querer implicar-se com o presente, tenha feito com que Gerson da Cunha se tivesse concentrado noutros lugares: precisamente os menos descritos e pouco conhecidos, os quais desde há muito tinham deixado de fazer parte do Império português para passar a estar sob a tutela do governo da Índia Britânica. O facto de se constituírem como um império dentro de um império – os restos do império anterior ao britânico – contribuía ainda mais para a narrativa de auge e declínio que as próprias ruínas já emulavam.

Gerson da Cunha aspirava também escrever uma história do Império português da Índia e via os sucessivos estudos de caso que ia publicando, como mais um contributo para essa obra final, geral e totalizante que, afinal, nunca chegou a publicar. Assim, o seu livro sobre Bombaim, publicado no ano da sua morte, foi uma das suas poucas obras onde conseguiu pôr em prática uma abordagem mais aprofundada sobre um tema (a outra foi a que escreveu sobre Chaul e Bassaim, também sob a forma de livro). A sua unidade de análise, tal como acontecia em quase todos os seus estudos, equivalia quase sempre a uma cidade. Mais um espaço para uma história do Império português na Índia que ele ia construindo como uma acumulação de nomes no mapa de um continente – Bombaim, Baçaim, Chaul, Anjediva ou Canara.

Estes lugares não eram espaços portugueses de um presente indiano mas sim do passado, de um passado onde estava sempre implícita a possibilidade de desaparecimento, de desvanecimento de uma memória histórica onde a «ruína» se constituía

no ponto de confluência de diferentes discursos do conhecimento, tanto aqueles centrados na materialidade da prova que tinha que ser descrita porque estava a desaparecer, como aqueles centrados nas metáforas de uma narrativa de auge e decadência de impérios. Tais lugares do antigo Império português da Índia, só visíveis nas ruínas das cidades, precisavam de ser alvo de historização escrita. Ou, como veremos mais adiante, de ser fotografados pela câmara, ou desenhados e reproduzidos pela litografia. Esta era uma história que Gerson da Cunha se propunha fazer, com a consciência – expressa na própria escrita – de que os efeitos do tempo iriam fazer desaparecer o próprio objeto histórico.

Perceber o modo como Gerson da Cunha abordou as cidades indianas ocupadas outrora pelos portugueses implica reconstituir o seu contexto historiográfico e os seus métodos históricos. Claro que os seus princípios metodológicos, associados a protocolos tidos como europeus, eram definidos em oposição a outras formas de fazer história. Apesar de inacabado, o seu projeto de escrever uma história da presença portuguesa na Índia visava reconstituir uma totalidade histórica. A sua ambição deve ser entendida à luz do exemplo das historiografias britânica e francesa que procuravam apreender grandes processos nacionais ou imperiais – da história de França à história do Império romano. A acumulação de estudos sobre cidades permitia abordar, no seu conjunto, o Império português da Índia, apreendido nos seus tempos longos e numa geografia dispersa.

#### A historização da cidade de Bombaim: a passagem “entre impérios”<sup>(6)</sup>

Os vários textos que Gerson da Cunha escreveu sobre Bombaim – no *Indian Antiquary*, em 1874, para a conferência no Congresso Internacional de Orientalistas de Florença em 1878, no popular *Census* de Bombaim em 1881, bem como o seu artigo

<sup>(6)</sup> Rochelle Pinto, *Between Empires. Print and Politics in Goa* (Oxford: Oxford University Press, 2007).

sobre o casamento da D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra – constituíram um ensaio preliminar para a sua obra *The Origin of Bombay*, publicada tanto pela *Asiatic Society* de Bombaim, como por uma prestigiada editora londrina, ambas no ano de 1900<sup>(7)</sup>. Esta continua a ser a obra mais conhecida do autor porque, ao assumir o formato de livro, se distingue do resto da sua obra, maioritariamente publicada sob a forma de artigos em revistas, fragmentos espalhados por várias publicações, que acabaram por tornar invisível o seu trabalho e tolher a ambição de totalidade a que ele próprio aspirava<sup>(8)</sup>.

A publicação de *The Origin of Bombay*, ilustrada com reproduções fotográficas de moedas, inscrições e mapas, como se anuncia no seu subtítulo, tornou-se numa obra de referência. Editado pouco antes da sua morte em 1900 pela mais prestigiada instituição intelectual e cultural da cidade onde vivia, significou para Gerson da Cunha o reconhecimento de um percurso marcado pela ligação do autor à cidade e às suas instituições culturais. Neste estudo histórico, antropológico, linguístico e arqueológico, o autor usa a abordagem que caracterizou tantos dos seus estudos: a partir de um mesmo lugar inscrito geograficamente, procede a uma análise cronológica respeitante a períodos de tempo que correspondem à dominação de um determinado povo. Assim, a cidade é descrita em três grandes secções correspondentes a uma divisão temporal determinada pela história colonial da Índia – Bombaim Hindu, Bombaim portuguesa e Bombaim britânica, aquela que ocupa mais páginas e que o autor optou por dividir em *Early British Period* e *Later British Period*. Esta divisão recorre a categorias onde o critério crono-

<sup>(7)</sup> José Gerson da Cunha, «The Origin of Bombay», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society. Extra Number* (Bombay: Society's Library, 1900); José Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay* (London: Kegan Paul, Trench Trübner & Co., 1900); José Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, edição fac-similada (New Delhi: Asian Educational Services, 1993).

<sup>(8)</sup> José Gerson da Cunha, «A brief sketch of the Portuguese and their language in the East», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society. 1892*, n.º XLIX, vol. XVIII (Bombaim: Society's Library, 1893), pp. 168-191, p. 173.

lógico se conjuga com o critério de supremacia colonial, uma classificação que, de vários modos, subsiste até hoje, quando a história da Índia é feita a partir das cronologias do colonialismo europeu.

O interesse de Gerson da Cunha por Bombaim está presente desde 1874, quando publicou um artigo sobre «Words and Places in and about Bombay». Tratava-se de uma leitura sobretudo filológica de um período que era identificado como sendo de pré-colonização europeia, cuja continuidade acompanhou as mudanças e persistências da cidade através dos tempos. Por um lado, recorreu à divisão tradicional de uma história indiana feita a partir das suas colonizações europeias, eminentemente eurocêntrica; por outro lado, contrariou a ideia de que o colonialismo europeu inaugurara a história da Índia, no sentido de um processo que implicava mudança e progresso, reforçando para isso as marcas de Bombaim muito antes de ser tomada por nações europeias, uma cidade que já tinha «a sua própria história, os seus deuses, templos, aldeias, e as suas divisões geográficas e naturais»<sup>(9)</sup>.

Para analisar a evolução e os significados da etimologia local, Gerson da Cunha recorreu à tradição oral mas também a diversas fontes escritas: aos «antigos registos dos hindus», assim como aos textos dos primeiros autores europeus, portugueses e ingleses. Tratava-se de um procedimento que só podia ser feito por quem dominasse várias línguas locais, para além dos idiomas dos principais colonizadores europeus da Índia. Começou por analisar a própria palavra «Bombay», para revelar os modos como a etimologia dos lugares era indissociável das suas diversas influências, neste caso dos diferentes colonizadores. Negando qualquer relação entre a palavra «Bombay» e a expressão por-

<sup>(9)</sup> José Gerson da Cunha, «Words and places in and about Bombay», *The Indian Antiquary*, Parte XXXIV, vol. III (setembro 1874), pp. 247-249; Parte XXXV, vol. III (outubro 1874), pp. 292-295. Sobre este assunto ver projeto «Bombaim antes dos Ingleses» levado a cabo no Centro de Estudos de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e do Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por Paulo Varela Gomes.

tuguesa «Boa Bahia», como tinha sido proposto por alguns autores, sugeriu, em vez disso, que a origem do nome da cidade estivesse na Deusa Mumbâ, de origem Marata. Para o provar, fez notar como, no seu vernáculo, os nativos usavam sempre a palavra Mumbai [nome atual da cidade], e não Bombaim, designação que constituiria uma «corrupção feita por estrangeiros»<sup>(10)</sup>.

Quando, a partir da análise do nome da cidade, percorreu o seu desenvolvimento em diferentes períodos, fê-lo com um entendimento progressivo da história, muito comum nas abordagens britânicas sobre a Índia. Aquela ilha arenosa e por cultivar, lugar desprezado que, no período português, era uma mera dependência de Baçaim, transformara-se na capital de uma das principais presidências da Índia, graças à «inteligência e iniciativa Britânica»<sup>(11)</sup>. Claro que o periódico onde publicou o artigo pode ter favorecido esta interpretação acerca dos benefícios da presença britânica. Em 1878, na versão trabalhada do texto proferido no Congresso Internacional de Orientalistas de Florença, a história de Bombaim também ocupou uma parte significativa do seu trabalho sobre a «History of Oriental Studies amongst the Portuguese». A propósito de Garcia da Orta, rendeiro da ilha de Bombaim e um dos protagonistas do seu cânone de orientalistas portugueses do século XVI, expôs as suas teorias sobre as diferentes fases da cidade, na sua relação com os poderes coloniais<sup>(12)</sup>.

No princípio dos anos 1880, Gerson da Cunha era referido em três publicações sobre Bombaim, revelando como o seu nome já se associava à história dessa cidade e de outras cidades ligadas à colonização portuguesa: o guia de viajantes publicado pela famosa editora britânica de John Murray; o *Census*, uma publicação que fornecia informação sistemática e pragmática sobre a cidade e que, juntamente com os *Surveys*, se constituiu

<sup>(10)</sup> José Gerson da Cunha, «Words and places... p. 292. Não foi por acaso que no período pós-colonial a cidade mudou a sua etimologia de Bombay para Mumbai.

<sup>(11)</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>(12)</sup> José Gerson da Cunha, «Materials for... pp. 205-208.

num dos principais instrumentos de conhecimento criados pelo governo britânico para conhecer o território indiano; e o *Bombay Gazetteer* para o ano de 1881. No popular guia *Murray* para a cidade de Bombaim, na edição de 1881, Edward B. Eastwick referia que o «Doctor da Cunha» tinha publicado há pouco uma descrição muito válida sobre Baçaim, nos arredores da cidade, mas não mencionava os trabalhos que ele já publicara sobre Bombaim<sup>(13)</sup>. No *Census* de Bombaim para o ano de 1881, publicação com um claro cariz contemporâneo, as notas sobre a velha cidade tinham sido redigidas por Gerson da Cunha<sup>(14)</sup>. Finalmente, no *Bombay Gazetteer* do mesmo ano, contribuiu com uma brochura de cinquenta páginas sobre a língua e a literatura Konkani<sup>(15)</sup>.

Uns anos depois, dedicou um artigo a um episódio central da história de Bombaim – o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, evento que determinara a passagem do território de Portugal para a Inglaterra e que era o tema mais recorrente de uma história da Índia feita a partir das colonizações europeias que cruzava o império Português com o Britânico<sup>(16)</sup>. Para analisar os interesses políticos e diplo-

<sup>(13)</sup> Edward B. Eastwick, *Handbook of the Bombay Presidency with an account of Bombay City*, second edition most carefully revised on the spot, and for the most part rewritten. With Maps and Plans (Londres: John Murray, 1881), p. 162. Neste guia, Edward B. Eastwick não é apenas um compilador de informação prática sobre a cidade e seus arredores, mas antes uma presença constante na escrita, testemunha ocular, viajante que descreve sem se esconder, que faz comparações, emite opiniões, gostos pessoais e sensações.

<sup>(14)</sup> «I am indebted to Dr. Gerson da Cunha for the following interesting notes about old Bombay: there is a certain historical appositeness in the notes being written by a *savant* of the ancient name of Da Cunha», «Note on Old Bombay, by Dr. Da Cunha», in T.S. Weik, *Census of the City and Island of Bombay taken on the 17<sup>th</sup> of February 1881* (Bombaim: Printed at the *Times of India* Steam Press, 1883), pp. 12-14.

<sup>(15)</sup> José Gerson da Cunha, *The Konkani Language and Literature* (Bombaim: Government Central Press, 1881).

<sup>(16)</sup> José Gerson da Cunha, «On the marriage of Infanta D. Catarina of Portugal with Charles II of Great Britain, her medals and portraits»,

máticos entre as diferentes cortes europeias que antecederam a união matrimonial de D. Catarina, recorreu a diversas fontes, originárias de países e períodos distintos: documentos preservados nos Arquivos de Goa; versões recentes da história portuguesa, como as *Histórias de Portugal* de Pinheiro Chagas e de Oliveira Martins ou as *Notas e Documentos Inéditos* do heraldista e genealogista Visconde de Sanches de Baena<sup>(17)</sup>; versões estrangeiras da história lusa, como a *Histoire-Général de Portugal* de M. De la Clède<sup>(18)</sup>; representações da Infanta D. Catarina na literatura inglesa, como constava na novela histórica de Walter Scott, *Peveiril of the Peak* (1823), cuja ação decorre por volta de 1678, ou na obra de John Dryden, *Absalom and Achitophel*, sátira política poética de finais do século xvii; e, ainda, as *Memórias sobre as possessões portuguesas na Ásia* de Teixeira Pinto, publicadas em Nova Goa, em 1859, por Cunha Rivara<sup>(19)</sup>. O autor também analisou a iconografia da infanta, quer na medalhística da época, assunto que lhe era caro, quer na pintura do século xviii, aspeto menos comum nas suas investigações históricas. Nesta amálgama de referências bibliográficas – de documentos manuscritos, publicações históricas redigidas em várias línguas e relatos novelescos – o historiador demonstrava, mais uma vez, o seu cosmopolitismo historiográfico.

Gerson da Cunha expôs também uma perspetiva que ele considerava ser a dos nativos, que contrapôs à análise histórica lusocêntrica de Pinheiro Chagas para quem a lealdade dos habi-

*The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*. 1887, n.º XLVI, vol. XVII (Bombaim: Society's Library, 1887), pp. 137-146.

<sup>(17)</sup> Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha Baena (Visconde de Sanches de Baena), *Notas e Documentos inéditos para a biografia de João Pinto Ribeiro* (Lisboa: Tipografia de Matos Moreira e Cardosos, 1882).

<sup>(18)</sup> M. de La Clède, *Histoire generale de Portugal*, 2 vols. (Paris: Pierre-François Giffart, 1735).

<sup>(19)</sup> Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto (c.1775-1825), *Memórias sobre as possessões Portuguezas na Asia escriptas no anno de 1823*, org. de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1859). Do mesmo autor ver: *Máximas e reflexões políticas*, org. J. Gonçalves (Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1859).

tantes de Bombaim à soberania portuguesa se explicava pelo poder de assimilação da colonização lusa<sup>(20)</sup>. Ao corrigir esta mesma percepção unitária das populações residentes na cidade, a qual não atendia aos diferentes tipos de «goeses», distinguia-se tanto das visões metropolitanas e distantes, como fazia uso da sua própria experiência, enquanto goês habitante de Bombaim, muito consciente da diversidade de comunidades que ali existiam com algum tipo de ligação a Goa. Se a comunidade católica de origem goesa, residente em Bombaim, não tinha reagido bem à passagem da cidade para o governo inglês, devido a uma «certa ligação à nação portuguesa» (as mesmas motivações levaram a mesma comunidade, em finais da década de 1880, a defender o Padroado português do Oriente, como acrescenta Gerson da Cunha), já os hindus de origem goesa em nada tinham sido afetados pelo fim da soberania portuguesa da região. Pelo contrário, os seus antepassados tinham trocado Goa por Bombaim precisamente para fugir à Inquisição instituída pelos colonizadores portugueses e, como herança cultural lusa, preservavam apenas parte do seu vocabulário.

Ao desmistificar uma das percepções mais repetidas da história da colonização portuguesa enquanto criadora de lealdades inquebráveis e de uma proximidade com os locais nunca alcançada pelos outros colonizadores, Gerson da Cunha afastou-se de uma visão lusocêntrica para adotar uma perspetiva anglocêntrica. No artigo de Gerson da Cunha, a enunciação das vantagens para a cidade de Bombaim de uma transferência de poderes – de Portugal para o rei de Inglaterra e, pouco depois, para a East India Company –, era uma ideia já bem difundida na historiografia contemporânea não portuguesa. Não era esta a única vez que o autor fazia eco de ideias veiculadas sobretudo pela historiografia britânica sobre a Índia. São vários os casos em que Gerson da Cunha demonstrou não só que conhecia bem aquilo que se publicava em inglês, mas também que se identificou com algumas das teorizações da historiografia anglo-saxónica sobre a colonização portuguesa da Índia.

<sup>(20)</sup> José Gerson da Cunha, «On the marriage... p. 142.

Edmond Cotteau, por exemplo, que na sequência da sua viagem realizada em 1878 e 1879, se constituiu num divulgador importante da Índia na Europa, traduzido em diversas línguas, também difundiu uma percepção negativa dos «portugueses» tal e como era visível em muitos escritos sobre a Índia colonial Britânica<sup>(21)</sup>. Na sua *Bombay. La città dei Parsi*, exemplar de uma coleção popular e barata de livros-folhetos, a tomada da ilha pelos ingleses surgia como o fim do «despotismo» e «intolerância» dos portugueses, e a possibilidade de empreender uma série de medidas que melhorariam a cidade, diminuíram os impostos, encorajariam as indústrias e proclamariam a tolerância religiosa. O protagonismo atribuído à comunidade parsi, apenas uma das diferentes comunidades que habitavam a cidade, já presente no título do livro, deve-se com certeza à percepção de que os parsis formavam a comunidade que mais tinha beneficiado com o colonialismo britânico e que melhor se tinha adaptado à sua presença, chegando mesmo a servir de intermediária entre os outros grupos locais e o poder estrangeiro. Nesta hierarquia étnica liderada pelos parsis, os cristãos de «raça indo-portuguesa» encontravam-se no lado oposto: surgiam como uma «raça degenerada», pouco suscetível ao progresso, que se contentava com empregos secundários e em servir os outros<sup>(22)</sup>.

<sup>(21)</sup> Edmond Cotteau, *Bombay. La città dei Parsi*, Col. Biblioteca illustrata dei viaggi intorno al mondo per terra e per mare (Milano: Società Editrice Sonzogno, 1899), p. 9.

<sup>(22)</sup> Edmond Cotteau, *Bombay. La città...* p. 12, 13. Uma ideia parecida está presente num guia de Bombaim, que descreve os «Indo-Portuguese» de Bombaim como «not a very active or progressive class of the community» que fornecia os «clercks, cooks, and butlers» à comunidade europeia residente na cidade, in James Mackenzie Maclean, *A Guide to Bombay: Historical, statistical, and descriptive*, 11th edition (Bombaim: at the «Bombay Gazette» Steam Press, 1886), p. 96. A percepção desta imagem negativa da comunidade está presente na própria imprensa dos «portugueses bombainses». Ao contrário do «espantoso progresso que os hindus, os parses, e os mouros têm feito na civilização, e na aquisição das artes e das ciências», os «nossos patrícios» caracterizam-se pela «indolência, apatia e ignorância», in [não assinado mas provavelmente de Miguel de Sousa, redator responsável], *O Echo de Bombaim*, vol. 1, n.º 21 (24 de outubro 1863), p. 1.

### Fragmentos de escrita: as cidades do antigo Império Português da Índia

O mesmo exercício analítico que Gerson da Cunha fizera com a Ilha de Anjediva<sup>(23)</sup> ou com Bombaim – uma análise multidisciplinar e diacrónica de um determinado ponto geográfico – também o praticou com Chaul e com Baçaim, naquele que foi um dos seus mais longos artigos e que também veio a transformar em livro<sup>(24)</sup>. Mais uma vez o título do texto – *Notes on the History and Antiquities of Chaul* – enunciava o tipo de abordagem seguida: uma análise histórica que dividia a região no «período hindu», o «período Muçulmano» e o «período português», entrecruzada com uma análise arqueológica que se detinha nas ruínas e inscrições ainda existentes no presente. Recorreu a um leque muito alargado de disciplinas – geografia, geologia, filologia, etimologia –, antes de se concentrar naquelas que considerava essenciais para a sua abordagem, a história e a arqueologia. Também fez uma breve incursão na história natural da região, mas sem aprofundar porque «sendo a arqueologia, mais do que a história natural, o tema deste *sketch*, vou ter que ficar por aqui».

Chaul deixara de ser um dos principais centros comerciais da costa ocidental da Índia para ocupar o lugar invisível que merecia apenas duas linhas no *Gazetteer of India* de Thornton<sup>(25)</sup>. A riqueza da bibliografia usada por Gerson da Cunha explicava-se com o acesso a uma biblioteca como a da *Royal Asiatic Society* de Bombaim, bem como às suas próprias capacidades linguísticas que lhe permitiam usufruir de todas as fontes disponíveis.

<sup>(23)</sup> José Gerson da Cunha, «An Historical and...

<sup>(24)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History and Antiquities of Chaul», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, 1876, n.º XXXIII, vol. XII (Bombaim: Society's Library, 1876), pp. 51-162.

<sup>(25)</sup> «Chowl (Chaul): Town and seaport in Tanna district, Bombay; Twenty-three miles south of Bombay», Edward Thornton, *A Gazetteer of the territories under the government of the Viceroy of India*, org. Sir Roper Lethbridge e Arthur N. Wollaston (Londres: W.H. Allen, 1886), p. 196; José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p. 52.

O texto não se poupava a demonstrações de extrema erudição, onde várias edições e traduções de uma mesma obra eram confrontadas em benefício do objeto tratado<sup>(26)</sup>. Na ausência de «materiais melhores», os relatos de viagem foram usados por Gerson da Cunha como uma das fontes, pois proporcionavam um conhecimento «toleravelmente preciso». Cada novo livro de viagem reconhecia e comentava os textos anteriores, num diálogo onde quem escrevia no presente incluía sempre os que tinham escrito no passado, ao mesmo tempo que revelava o desenvolvimento ou o declínio do lugar descrito, ao longo dos tempos<sup>(27)</sup>.

Para identificar Chaul na geografia de uma Índia antiga, Gerson da Cunha recorreu a fontes escritas árabes, gregas, muçulmanas, hindus, budistas e europeias, mas também a mapas<sup>(28)</sup>. Procedendo com cautela, o historiador fez questão de sublinhar como este «mapa» deveria continuar em aberto, recetivo a novas revisões. Nas últimas páginas da sua análise histórica, Gerson da Cunha justificou-se pela escassez de notas de rodapé na construção de um texto que, obviamente, usufruiu de uma enorme quantidade de documentos, e acrescentou um pequeno ensaio bibliográfico incluindo as principais fontes usadas no estudo de cada período. Entre os seus instrumentos de trabalho, encontravam-se as publicações de sociedades e instituições de saber portuguesas e de outros lugares, das quais Gerson da Cunha apenas especificou as que tinham sido publicadas em Goa – *O Chronista de Tissuary*, o *Instituto Vasco da Gama* e o *Boletim do Governo do Estado da Índia*. A sua história também era feita de informações orais ou artigos fornecidos por especialistas e eruditos contemporâneos, reconhecidos no próprio texto<sup>(29)</sup>.

<sup>(26)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... pp. 57, 65.

<sup>(27)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p. 66, pp. 51-162.

<sup>(28)</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>(29)</sup> Para a história dos Jesuítas em Chaul, Gerson da Cunha recorreu ao inevitável Padre Francisco de Sousa, no seu *Oriente Conquistado* (Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1710), mas também àquela que

O sul do Canara, onde Gerson da Cunha empreendeu uma «curta visita profissional», foi outra das regiões por ele analisadas sob o prisma da presença portuguesa e dos seus vestígios materiais<sup>(30)</sup>. A prova da ação civilizadora da nação portuguesa estava patente, segundo Gerson da Cunha, na quantidade de católicos e de igrejas ainda existentes. Esta característica – associada à prosperidade comercial britânica contemporânea, à melhoria do seu porto e à construção de um caminho-de-ferro – faziam da região um «emporium da costa ocidental do Sul da Índia»<sup>(31)</sup>. Gerson da Cunha começou por tentar estabelecer relações diretas com os locais, mas o seu sentido vigilante da história, como faz questão de notar, alertou-o para o exagero das tradições orais e levou-o a confrontar a sua veracidade com as crónicas da época.

Empreendeu, como de costume, uma análise etimológica da palavra – desta feita «Kanara» – através dos escritos históricos de portugueses dos séculos XVI e XVII e de relatos de viagem. Para descrever a história natural da região, recorreu a textos contemporâneos ingleses e, para transmitir as características da paisagem, baseou-se na sua própria experiência ocular. Surpreendeu-se que os observadores do passado não tivessem reparado na fertilidade do seu solo mas os tempos eram outros, «e os homens têm muito o hábito de ler outras épocas a partir da sua própria época»<sup>(32)</sup>. Gerson da Cunha sublinhou ainda a beleza das mulheres de Barkur numa breve referência ao contemporâneo, aliás pouco usual nos seus textos. De facto, o presente

---

considera ser a preciosa contribuição do Reverendo Theodore Hauser, seu contemporâneo. José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p.145, pp. 51-162; Na descrição do antigo sistema judicial português em Chaul também contou com os trabalhos do seu «learned friend», o Desembargador da Relação de Nova-Goa Senhor Abranches Garcia, publicados no *Instituto Vasco da Gama*. José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p.147.

<sup>(30)</sup> José Gerson da Cunha, «The Portuguese in South Kanara», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, 1896, n.º LII, vol. XIX (Bombaim: Society's Library, 1896), pp. 249-262.

<sup>(31)</sup> José Gerson da Cunha, «The Portuguese in... p. 262.

<sup>(32)</sup> José Gerson da Cunha, «The Portuguese in... p. 251.

não surge nas suas análises a não ser enquanto resquício do passado. Habitualmente, os habitantes do presente das cidades por ele descritas só apareciam enquanto colaboradores do seu trabalho de historiador.

### A consciência da abordagem histórica: escrever na Índia «à europeia»

No prefácio de *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, seguindo um procedimento muito comum na sua escrita, o autor expusera as dificuldades sentidas no processo de feitura do livro: encontrar documentos fora o primeiro obstáculo, e isto não era pouco para quem advogava uma história feita com base em manuscritos; a segunda dificuldade prendia-se com o estado decadente dos monumentos a desafiar «a observação mais apurada»; por último, expôs as dificuldades em representar uma sociedade que lhe era pouco familiar, tarefa que precisaria da abordagem histórica de um Edward Gibbon, ou de um Jules Michelet para que se lhe pudesse fazer justiça<sup>(33)</sup>. Ao citar as suas referências históricas europeias, inclui-se a si próprio no contexto da historiografia com a qual queria ser identificado, a história baseada em documentos tal como ela estava já codificada no século XIX e a sua participação num discurso histórico contemporâneo de tradições enraizadas no iluminismo.

Porquê a referência a estes autores?

Em *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, de Gibbon, inspirava-se para empreender o seu projeto de uma história totalizante do declínio e queda do Império português na Índia. Enquanto na obra de Michelet encontrava quer um anticlericalismo projetado nos jesuítas (com o qual se identificava, como revelou nalguns momentos da sua escrita) quer, também, uma visão global de uma história centrada num espaço geográfico. No caso de Michelet, a França. No caso de Gerson

---

<sup>(33)</sup> José Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map* (Bombaim: Thacker, Vining & Co., 1876), p. ix.

da Cunha, a «Índia Portuguesa». Mesmo que aquele tivesse conseguido concretizar o projeto ao qual dedicou décadas de estudo, este não o conseguiu fazer. Se foi a sua morte prematura a impedi-lo ou se foram limites de ordem metodológica, pouco importa. Mais relevante aqui foi a sua necessidade de enunciar a sua genealogia intelectual.

Se o objeto da investigação de Gerson da Cunha era a Índia, a sua abordagem histórica, como ele faz questão de reiterar, era feita com base nos instrumentos, regras, e métodos que estavam a ser construídos na Europa de então. Tratava-se de uma história que partia do documento, do vestígio material – textual ou em forma de objeto – para a interpretação do passado. Gerson da Cunha fazia questão em frisar a sua identificação com este modo de fazer história em oposição a outras abordagens, consideradas menos científicas. Há, nesta sua identificação com a história fundamentada em provas, uma identificação com aquilo que ele considerava ser uma forma de conhecimento «europeu», que aplicava os seus princípios nas abordagens a todos os objetos de estudo. A «história indiana», segundo ele, cruzava-se com a ficção, com a lenda, com a invenção, com a passagem de uma narrativa oral, de geração em geração, sempre longe da prova visível, do documento, do vestígio material do passado que legitimava a «História» enquanto disciplina em Oitocentos.

Gerson da Cunha não se restringiu à descrição das ruínas e antiguidades do denominado período português. O seu interesse antiquário estava mais atento à presença cristã portuguesa, mas interessava-se também pelos vestígios materiais hindus e muçulmanos, que ainda se encontravam em Chaul, tal como dedicava um interesse etnográfico pelas feiras ou *yâtras* contemporâneas em honra de deuses hindus<sup>(34)</sup>. Os restos arqueológicos consistiam sobretudo em templos e tanques, mas não existiam inscrições ou placas de cobre para identificar as suas origens. Disponíveis estavam apenas as centenas de lendas acerca de deuses descritas nos *purânas*. A propósito de uma destas lendas, Gerson da Cunha reivindicou o seu lado de historia-

<sup>(34)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... pp. 154-162.

dor positivista, renegando as fontes consideradas pouco consistentes:

É assim que se inventa a história na Índia e, para além disso, é assim que esta patetice ingénuia está registada nos documentos que estão na minha posse. Mas nós sabemos que não é assim; a entrega de Revadanda aos portugueses não teve nada a ver com peles de vaca<sup>(35)</sup>.

Além de recorrer à observação direta dos templos hindus de Chaul, e das lendas contidas nas crónicas hindus, também fez uso dos relatos de viajantes de séculos anteriores. Ao constar que a descrição de Pietro della Valle de um templo, no século xvii, coincidia com aquilo que pôde testemunhar duzentos anos depois, Gerson da Cunha concluiu com uma ideia, aliás muito presente na escrita dos seus contemporâneos sobre a Índia, a da imobilidade da cultura hindu, em contraste com as transformações e progressos associados à Europa Oitocentista:

Esta é ao menos a grande vantagem do conservadorismo hindu. Enquanto as mudanças e inovações que ocorreram na sociedade europeia perturbaram o Governo Português de Chaul, e reduziram a ruínas os seus numerosos e excelentes edifícios, os templos hindus da parte alta de Chaul ainda estão em bom estado e, ainda mais importante, é que estão preservados tal como foram encontrados há séculos atrás<sup>(36)</sup>.

As *bakars*, ou crónicas hindus referiam, segundo Gerson da Cunha, que, além de 360 tanques e 360 templos, a cidade tinha também milhares de edifícios públicos e privados. Perante estes dados, criticou as fontes citadas proferindo uma generalização em relação ao modo de ser hindu: «Este é um outro exemplo do apreço dos hindus pela multiplicação de objetos, tal como fizeram com os seus deuses, cujo número já excede toda a população do globo». Se realmente tivessem existido tantos edifícios,

<sup>(35)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History...», p. 156.

<sup>(36)</sup> *Ibidem*, p. 159.

como é que se justificaria o desaparecimento de um número tão elevado? A explicação fornecida pelas crônicas hindus era a de que tinha havido uma longa guerra. Neste manifesto, Gerson da Cunha deixou bem claro de que lado se encontrava. Não do lado de uma tradição hindu que, segundo ele, construía um passado que nada tinha de histórico, um passado inventivo e inventado, mas sim do lado de uma tradição histórica que ele identificava como sendo «europeia», positivista, documental, baseada na prova escrita e material, que procurava os vestígios antes de escrever sobre o passado.

### Cultura material no fazer da história

Num processo com sucessivas configurações, as últimas décadas do século XIX foram marcadas, tanto na Índia Colonial britânica como na portuguesa, por um esforço intenso para melhor conhecer o território e as suas populações, quer em termos históricos, quer numa perspetiva contemporânea<sup>(37)</sup>. Uma grande parte da procura deste conhecimento sobre o passado da Índia concentrou-se nos vestígios materiais, muito mais vastos, e sobretudo mais visíveis, do que os vestígios escritos, como tantas vezes era repetido<sup>(38)</sup>. Fragmentos arqueológicos e ruínas

<sup>(37)</sup> Bernard Cohn, *Colonialism and its forms of knowledge: the British in India* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996), pp. 76-105; Bernard Cohn, *An Anthropologist among the historians and other essays. With an introduction by Ranajit Guha* (Delhi, Oxford: Oxford University Press, 1987); Gyan Prakash, *Another Reason. Science and the imagination of modern India* (New Delhi: Oxford University Press, 2000); Tapatí Guha-Thakurta, *Monuments, objects, histories. Institutions of art in colonial and postcolonial India* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2004).

<sup>(38)</sup> Por exemplo: Dalpatram Pranjivan Khakhar, *Archaeological Survey of Western India. Report on the architectural and archaeological remains in the province of Kacch*, with five papers by the late Sir Alex Barnes (Bombaim: Govt. Central Press, 1879); Henry Cousens, *Notes on the buildings and other antiquarian remains at Bijapur*, with translations of the inscriptions by E. Rehatsek (Bombaim: Govt. Central Press, 1890).

de todo o tipo, templos, estátuas, palácios, ou lugares sagrados tornaram-se num objeto de escrutínio sujeito a várias abordagens e vários tipos de olhar. Classificar, reproduzir, fotografar, descrever e preservar surgiram como algumas das respostas suscitadas por uma cultura material que parecia estar sempre no limite da existência, condenada a desaparecer, ora devido às condições climáticas adversas, ora ao desleixo, negligência, ou vandalismo religioso e turístico<sup>(39)</sup>.

Esta historização do passado indiano foi realizada de muitas formas: através da escrita, sob a legitimidade científica da história, da antropologia, da filologia, da história natural e da arqueologia, mas também através de relatos de viagem, onde muitas vezes se integravam campos de saber distintos num mesmo discurso; através da organização de espaços de exibição que tornavam a Índia visível, exposta de muitos modos e sujeita a olhares e usos distintos – tanto em museus como em vários modelos de exposições, organizadas em território indiano, ou sob a forma de representações da Índia em exposições coloniais ou universais europeias; ou através da fotografia e de outros modos de representação visual, como o desenho reproduzido através da litografia, que também contribuíram para criar um cânone de imagens sobre a Índia; e, ainda, através de outros modos de recolha de dados com ambições totalizantes, como os famosos *surveys*, relatórios e *census* por exemplo que, pretendendo sumariar toda a informação relevante sobre uma determinada região indiana, se converteram num sinónimo da procura do conhecimento do governo colonial britânico sobre a Índia.

O processo de escrita de Gerson da Cunha dependia de duas dimensões determinantes: a cultura textual e a cultura material. O documento manuscrito, o texto, o livro da sua biblioteca pessoal ou da biblioteca institucional, o arquivo, mas também a rua, a cidade, o lugar, a pedra com inscrições, a céu aberto, a ruína, o fragmento, a marca no chão, quase invisível, a denunciar a traça do edifício que já não estava lá, a moeda perdida e achada, ou a lápide quase oculta entre a vegetação. A história

<sup>(39)</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Outros orientalismos...* pp. 278-298.

praticada por Gerson da Cunha era feita da observação direta dos vestígios materiais do passado e estes eram feitos tanto de papel como de pedra, na bidimensionalidade da escrita ou na tridimensionalidade dos edifícios, muralhas, igrejas, templos, arcos, fortalezas, inscrições e moedas e medalhas, os vários objetos de uma cultura material urbana.

Na sua famosa história da arquitetura indiana, o britânico James Fergusson defendia que num país como a Índia os cinzeiros dos escultores eram muito mais dignos de confiança do que as penas dos escritores<sup>(40)</sup>. Esta era uma ideia muito presente na escrita europeia sobre a Índia, que tendia a considerar que a escrita produzida em contexto indiano era alheia ao paradigma de veracidade baseado na prova, no qual se fundava a história enquanto disciplina do saber. Perante a desconfiança face à palavra escrita enquanto testemunho da realidade, restava a presença, incontestável, do objeto material, neste caso as esculturas que adornavam os edifícios hindus.

Gerson da Cunha parece estar de acordo com esta ideia, tão reiterada na escrita de europeus seus contemporâneos sobre a Índia. Para além dos manuscritos, dos livros e dos mapas, Gerson da Cunha constrói a sua narrativa sobre um lugar a partir dos vestígios materiais ainda visíveis na região do seu interesse. Ao procurar no presente restos do passado, participa de uma longa tradição de humanistas antiquários que, desde o Renascimento, utilizava o vestígio material enquanto prova histórica<sup>(41)</sup>. Nas descrições antiquárias e, mais tarde, arqueológicas, a cultura material parecia estar prestes a desaparecer, a clamar a urgência

<sup>(40)</sup> Fergusson citado por James Burgess, «Archaeological Research in India», *Actes du Huitième Congrès International des Orientalistes, tenu en 1889 à Stockholm et à Christiania*, Section II: Aryenne – 1er fascicule [vol. 2, 1892] (Leide: E. J. Brill, 3 vols., 1891-1892), pp. 1-48, p. 28. Entre outros escritos, Fergusson é o autor de *Picturesque Illustrations of Ancient Architecture in Hindostan* (1848) e de uma *History of Architecture* onde dedica o terceiro volume à Índia.

<sup>(41)</sup> Arnaldo Momigliano, «Ancient History and the Antiquarian», *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 13 (1950), pp. 285-315, p. 300.

da sua transformação em texto ou em imagem, primeiro através do desenho e, mais tarde, da fotografia, formas de fixar visualmente um processo que era apresentado como irreversível.

Ao contrário daquele que somente escrevia história a partir do gabinete ou da biblioteca, o historiador que fosse também antiquário ou arqueólogo tinha que sair de casa, ir à procura, explorar, caminhar num cenário onde, quase sempre, a natureza tomara conta do pouco que restava de vestígios construídos pela mão humana. Numas notas arqueológicas publicadas no *Indian Antiquary*, Rivett-Carnac, conhecido arqueólogo britânico que conviveu com Gerson da Cunha, apelou para a necessidade da experiência do lugar. Para se conhecer um lugar realmente bem, para colecionar a sua cultura material, «uma pessoa tem que estar lá»<sup>(42)</sup>. Gerson da Cunha fez seu este lema. A sua escrita sobre um lugar também era feita da experiência vivencial e visual do mesmo, da excursão arqueológica, do contacto direto com os vestígios materiais que não se podiam transportar mas também daqueles que se podiam simplesmente recolher e levar, ou comprar. A diferença em relação a muitos dos europeus que estudaram a Índia *na Índia* era que aquilo que ele colecionava ou fotografava era «seu», no sentido de se identificar como fazendo parte da sua genealogia cultural, e era na Índia que deveria ficar. Mas, mesmo assim, alguns dos objetos que recolheu na Índia viajaram para a Europa. Durante décadas formou uma coleção de numismática que acabou por vender numa prestigiada leiloeira londrina, com certeza o lugar onde as moedas antigas indianas eram mais valorizadas, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista material<sup>(43)</sup>.

<sup>(42)</sup> J. H. Rivett-Carnac, «Archaeological notes on a march between Cawnpore and Mainpuri, N. W. Provinces, during the camping season of 1879», *Indian Antiquary*, vol. VIII (abril 1879), pp. 100-104, p. 100. Rivett-Carnac, funcionário do Bengal Civil Service, dedicou-se à arqueologia e publicou alguns trabalhos que, devido ao teor dos vestígios encontrados, lhe deram notoriedade sobretudo entre os Teosóficos, movimento fundado pela Madame Blavatsky.

<sup>(43)</sup> *Catalogue of the Highly important and valuable collection of oriental coins, in gold, silver, and copper, & formed by J. Gerson da Cunha of Bom-*

Assim, em muitos dos seus artigos sobre uma cidade ou lugar específico – de Bombaim, onde vivia, a outras regiões indianas como Chaul, Baçaim, Angediva ou Canara –, a sua presença física no lugar era inequívoca. Passava de um episódio situado num passado longínquo para um presente do qual era testemunha ocular: ao descrever um encontro entre Albuquerque e as entidades locais no Palácio do Sabaio no século XVI por exemplo, referiu como ainda era possível, em finais do século XIX, identificar as ruínas deste palácio perto da Catedral de Goa<sup>(44)</sup>. Recorria a estratégias narrativas que revelavam ao leitor o facto de ter lá estado, visto com os seus olhos, tocado com as suas mãos e, muitas vezes, trazido consigo fragmentos dos vestígios históricos que descreveu.

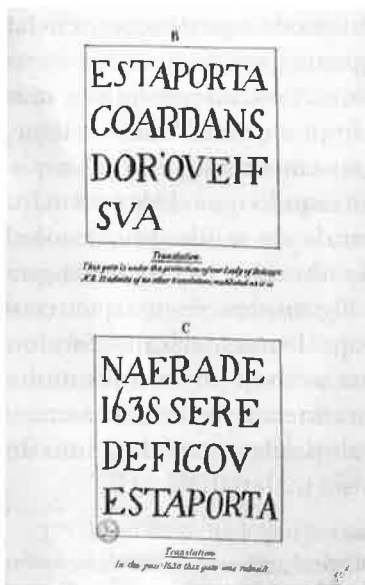


IMAGEM 1. Reprodução litográfica de inscrições publicada em J. Gerson da Cunha

*Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map* (Bombaim: Thacker, Vining & Co., 1876), BNP.

bay... which will be sold by Auction by Mssrs, Sotheby, Wilkinson & Hodge... Strand... 1889.

<sup>(44)</sup> José Gerson da Cunha, «Contributions to the Study of Indo-Portuguese Numismatics (Part First)», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*. 1880, n.º XXXVIII, vol. XIV (Bombaim: Society's Library, 1880), p. 269.

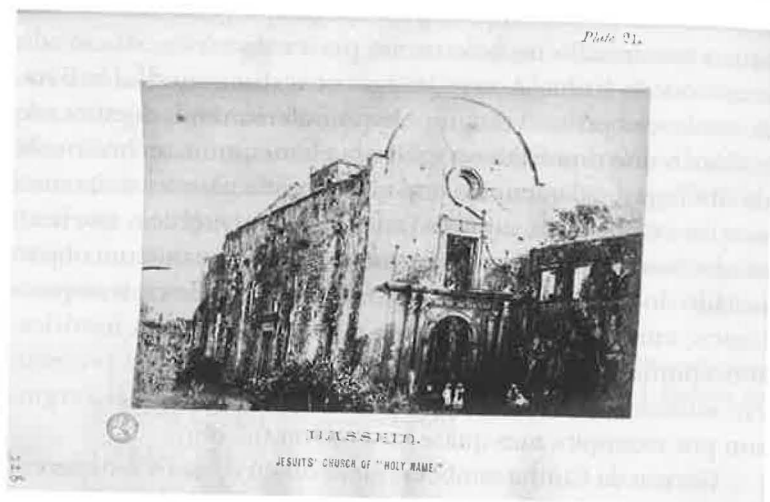
As inscrições e as moedas, assim como as ruínas, eram os objetos privilegiados da cultura material de Gerson da Cunha. Não havia na sua apreensão desta materialidade uma sensibilidade estética ou artística que o remetesse para o discurso de uma história da arte enquanto disciplina independente. Ele não estava interessado no belo ou no prazer da forma, da cor, do traço ou da linha. A arte integrava o discurso da história. A «arte» era prova, vestígio, objeto colecionável, documento histórico que representava mais um elemento na reconstrução de um lugar «tal como ele era». Não existia na sua escrita uma arte fora da história, sujeita a um mero olhar estético, que lesse as suas formas individuais e as apreendesse enquanto um objeto isolado do seu contexto histórico. O seu olhar de cariz arqueológico, em que o fragmento se assumia como prova histórica, sobrepunha-se claramente a um interesse estético, já presente em muitos dos seus contemporâneos, como em James Ferguson por exemplo, mas quase ausente na sua obra.

Gerson da Cunha também refere objetos passíveis de serem considerados artísticos, mas ao fazê-lo não os distingue de qualquer outro fragmento do passado. Ou seja, não há uma seleção estética, em que uns valham mais do que outros por uma atribuição de «qualidade» canonizada pela história da arte. Relevante, sim, era aquilo que os objetos revelavam acerca da «história». O facto de não assumir um olhar de historiador da arte, não quer dizer que Gerson da Cunha fosse incapaz de aceder a uma perceção artística que lhe permitisse fazer comparações de estilos. Perante as ruínas da Igreja matriz de Chaul, jesuíta, comparou a sua fachada com outros três exemplos de arquitetura religiosa jesuíta – a Igreja de Santo Nome, de Baçaim, e as Igrejas de Santa Fé e do Bom Jesus, de Goa, todas elas baseadas no modelo da casa-mãe jesuíta de Roma<sup>(45)</sup>. À falta de mais objetos artísticos para descrever em Chaul, enumerou os resquícios de árvores de fruto e de flor, pelas quais os jesuítas também eram conhecidos, numa incursão pela história natural, que

<sup>(45)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p. 142.

era rara nos seus escritos, mas não na bibliografia contemporânea sobre a Índia<sup>(46)</sup>.

IMAGEM 2. «Baçaim. Igreja Jesuíta do ‘Santo Nome’»



Fotografia colada no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

Muitos dos seus textos deixam transparecer bem o modo como conjugava a leitura de manuscritos, documentos e livros com a observação direta dos vestígios materiais do seu interesse. Para Gerson da Cunha, colecionar também constituía uma atividade inseparável da sua prática histórica. A importância que ele atribuía aos vestígios materiais na sua abordagem historiográfica e arqueológica, relacionando conhecimento escrito e conhecimento material, também o vocacionava para o colecionismo. Sobretudo quando era fácil, ainda, obter e possuir os objetos das suas investigações históricas. Embora nada indique

<sup>(46)</sup> *Ibidem*, p. 145.

que Gerson da Cunha se tenha associado a uma escavação arqueológica específica, ele próprio faz frequentemente referência a objetos recém-descobertos em escavações, mostrando estar a par do fenómeno crescente de uma arqueologia científica.

Numa altura em que a noção de cultura material nacional e identitária, associada a uma política de proteção de monumentos ou de ruínas, estava em construção, ainda era possível aos privados possuírem objetos que apenas o futuro determinaria não serem legítimos. Quem possuísse o saber, a curiosidade ou o dinheiro ainda tinha muitos modos de levar para casa o fragmento que, só mais tarde, seria classificado como um objeto museológico, um objeto passível de ser colecionado, e valorizado por um mercado comercial da arte em franco desenvolvimento. Um mercado que ultrapassava as fronteiras da Europa, para também incluir uma cultura material asiática.

Na Índia da segunda metade do século XIX, muita desta cultura material estava a ser descoberta e também a ser apropriada de formas diferentes: a ser escavada da terra que a cobrira por uma arqueologia cada vez mais desenvolvida enquanto ciência indispensável ao alargamento, e aprofundamento, das cronologias históricas; a ser alvo de levantamentos, descrições e fotografias por diferentes disciplinas do saber associadas a projetos institucionais; mas também a ser recolhida e levada por indivíduos locais ou estrangeiros, para vender ao número crescente de turistas na Índia, quase todos de origem britânica, ou para servir de *souvenirs* aos viajantes que da Índia queriam levar mais do que memórias. Apesar do desenvolvimento, neste período, de múltiplos instrumentos de preservação, proteção, classificação e exposição que visavam musealizar a cultura material, ainda havia muitas formas de os subverter.

Parte desta cultura material construída no passado continuava a ser usada de acordo com os seus usos originais. Mas outra, tinha sido reinventada nas suas funções. Por exemplo, no caso que Gerson da Cunha refere dos restos de um edifício cristão que passaram a ser o cenário de cultos hindus, como veremos mais adiante. A escrita histórica de Gerson da Cunha revelava, entre linhas ou diretamente, como ele assumia diferentes papéis

na sua encarnação enquanto historiador: o de antiquário, a transcrever as inscrições quase ilegíveis que encontrava, a procurar na pedra, da igreja, do templo, da lápide, da fonte ou do muro, os vestígios que o tempo deteriorara; o de colecionador, que constituiu uma enorme coleção numismática, onde a Índia e, em particular, a Índia indo-portuguesa eram os temas centrais; e a de historiador, tal como se vinha a definir neste período, enquanto um autor dependente do documento escrito, da fonte, que entrava em diálogo com a bibliografia existente acerca do assunto sobre o qual escrevia.

A transcrição de inscrições era mais um dos recursos metodológicos a que o historiador de Oitocentos podia recorrer para constituir o ser próprio arquivo documental. Conjugava duas linguagens distintas, a da escrita e a do monumento, e tanto podia remeter para um facto mais geral como para uma vida individual e concreta como acontecia nas inscrições tumulares. No contexto de uma escrita europeia sobre a Índia, as inscrições surgiam como um objeto central na construção histórica ocidental do passado indiano que se identificava como sendo pré-colonial<sup>(47)</sup>. Nas descrições arqueológico-antiquárias que Gerson da Cunha fez das ruínas de Chaul, por exemplo, as inscrições constituíam-se nos fragmentos fundamentais para uma leitura histórica do passado. Mais tradicionais do ponto de vista do vestígio arqueológico do que as ruínas, são os restos históricos ideais do historiador de vocação antiquária pois são objetos materiais, mas também textos, simultaneamente tridimensionais e bidimensionais. Segundo o historiador goês, a qualidade das inscrições, que nunca fora perfeita, decaía ao longo dos tempos, dificultando, ou mesmo impossibilitando, o trabalho do historiador. Duas das inscrições que ele encontrara no Forte de Chaul, por exemplo, estavam tão sumidas que eram ilegíveis e nem mesmo os processos de *estampage* ou de decalque, utiliza-

(47) Phillip B. Wagoner, «Precolonial Intellectuals and the Production of Colonial Knowledge», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 45, n.º 4 (outubro 2003), pp. 783-814, pp. 786, 787.

dos na época para facilitar a leitura, tinham sido capazes de suprir as falhas do olho<sup>(48)</sup>.

Habitualmente, a historiografia contemporânea analisa os casos de britânicos ou outros europeus envolvidos em projetos de recolha ou tradução de textos epigráficos na Índia que, muitas vezes, contavam com a ajuda de assistentes indianos. Muito frequentemente os indianistas, sanscritistas e arqueólogos europeus contratavam indianos como colaboradores nos seus trabalhos de decifração, leitura ou fotografia, numa clara relação de poder onde no resultado final o nome dos indianos ficava remetido a uma nota de pé de página ou, quanto muito, a uma referência na folha de rosto. Nestes casos o saber nativo ficava, assim, ao serviço do conhecimento do europeu que protagonizava o resultado final e que, muitas vezes, era também o colonizador<sup>(49)</sup>. É necessário ter em conta, no entanto, que nas últimas décadas do século XIX, é cada vez maior o número de indianos a surgirem como autores, únicos e individualizados, dos trabalhos que realizam<sup>(50)</sup>.

A recolha epigráfica de Gerson da Cunha também implicou diferentes tipos de colaborações: ao copiar muitas das inscrições de Chaul que testemunhavam o declínio português na Índia, referiu o trabalho que já fora publicado por W. M. Hearn, *Statistical Report of the Colaba Agency*<sup>(51)</sup>. Num outro tipo de diálogo,

(48) José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p.135, pp. 51-162.

(49) Wagoner analisa o caso da recolha epigráfica do Coronel Colin Mackenzie, em Madras, e o papel dos seus colaboradores indianos: Phillip B. Wagoner, «Precolonial Intellectuals... pp. 787-794; Filipa Lowndes Vicente, «A Photograph of four Orientalists (Bombay 1855): Knowledge production, religious identities and the negotiation of invisible conflicts», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 55, n.º 2-3 (2012), pp. 603-636.

(50) Filipa Lowndes Vicente, «The Goan historian José Gerson da Cunha at the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society (1870-1900)», *Journal of the Asiatic Society of Mumbai* (Mumbai: The Asiatic Society of Mumbai, 2010), vol. 83 (2009-10), pp. 128-136.

(51) José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p.133. Agradeço à Sandra Lobo a indicação da obra de W. M. Hearn referida em *Selections from the Records of the Government of India 1849-1937*, org. John Sims, *Biblio-*

quando referiu duas ou três tradições sobre a fundação da cidade de Chaul e a construção dos seus templos hindus, Gerson da Cunha traduziu parte de um vasto conjunto de manuscritos sânscritos e maratas que conseguira colecionar, e fez questão de mencionar em nota a ajuda de dois homens, um deles nativo de Chaul, na recolha destes manuscritos – Eshvant F. Danaite e Keshavrao Mâdhavrao. Como é que podemos classificar esta relação de colaboração, onde está implícita uma hierarquia de poder, sem dúvida, mas onde os três participantes são todos indianos? O caso de Gerson da Cunha e dos seus colaboradores introduz uma outra dimensão nas relações hierárquicas, pois não as limita a relações étnicas ou a simples desigualdades coloniais. As desigualdades aqui também estavam latentes, mas prendiam-se sobretudo com outras questões: de acesso ao conhecimento e à possibilidade de o produzir em nome próprio; ou de uma capacidade económica para se deslocar para obter conhecimento sobre esse mesmo lugar, ou poder pagar um serviço que, no seu caso, consistia em recolher manuscritos.

### Fotografia como forma de preservar as ruínas

Perante o desaparecimento latente dos vestígios da presença portuguesa em tantas regiões da Índia – argumento sempre presente na escrita fragmentada de Gerson da Cunha – a fotografia surge como um instrumento de estagnação de um processo que se apresentava como sendo irreversível. Como mais um dos métodos de historização da Índia. Havia já, na Índia Britânica, uma política, mesmo que incipiente, de proteção de monumentos, e mesmo da sua musealização, mas a cultura material do império português situada em território da Índia Britânica não era, certamente, objeto de um discurso onde apenas havia espaço

*thea Asiatica*, n.º 21 (Londres: India Office Library and Records, British Library, 1987); W. M. Hearn, *Statistical report of the Colaba Agency*, (Bombaim: Bombay Education's Society's, 1854).

para aquilo que era identificado como sendo «indiano»<sup>(52)</sup>. Assim, estando estes vestígios presentes num espaço colonial alheio ao português, a iminência do seu desaparecimento estava sempre presente. A escrita, a descrever aquilo que o olhar testemunhava, era, ela própria, uma forma de preservação, e aquela a que Gerson da Cunha mais recorreu. A fotografia, por outro lado, vinha reforçar este objetivo pois, de algum modo, reproduzia aquilo que o olhar contemporâneo testemunhava, enfatizando o poder da descrição e a promessa, ainda incontestável na segunda metade de Oitocentos, de «realidade».

A única obra em que Gerson da Cunha recorreu à fotografia foi a que dedicou a Chaul e Baçaim, publicada logo nos anos 1870. Porque é que não o voltou a fazer, sobretudo tendo em conta que, com o avançar do século, se tornou cada vez mais fácil e barato recorrer à fotografia? Porque é que as outras ruínas no mapa do passado imperial da Índia às quais se dedicou não tiveram direito ao mesmo modo de representação?

Ao recorrer à fotografia e à imagem litografada no *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, livro publicado em 1876, revelou uma consciência das possibilidades da fotografia que era inusitada para este período<sup>(53)</sup>. O livro – uma versão do seu texto sobre Chaul, ao qual acrescentou o seu estudo sobre Baçaim – foi, assim, ilustrado com «dezassete foto-

<sup>(52)</sup> Tapati Guha-Thakurta, *Monuments...*

<sup>(53)</sup> Christopher Pinney, *The Coming of Photography in India* (London: The British Library, 2008); *Camera Indica. The Social Life of Indian Photographs* (Londres: Reaktion Books, 1997); Maria Antonella Pelizzari (org.), *Traces of India: Photography, architecture, and the politics of representation, 1850-1900* (New Haven and London: Yale University Press, 2003); Vidya Dehejia, org., *India through the Lens: Photography 1840-1911* (Washington D.C.: Freer Gallery of Art and Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2000); John Falconer, «Photography in Nineteenth-Century India», in C. A. Bayly, org., *The Raj: India and the British: 1600-1947* (Londres: National Portrait Gallery, 1990); J. Falconer, *India: Pioneering Photographers 1850-1900*. Catálogo de Exposição – Brunei Gallery SOAS (The British Library and The Howard and Jane Ricketts Collection, 2001); *Sousa e Paul – Adolpho Moniz. Na Índia dos Vice-Reis. Imagens da saudade antecipada* (Coimbra, Lisboa: Casa Museu Bissaya Barreto, 1992; Centro Cultural de Belém, 1993).

grafias, nove litografias e um mapa»<sup>(54)</sup>. A enunciação no próprio título da obra revela como a possibilidade de ver, e não apenas de ler, era entendida como um atrativo acrescido para os leitores. Mostra também como o livro foi o resultado de um investimento material significativo, quem sabe se não mesmo com o contributo do autor. Gerson da Cunha não só tinha lá estado, tal como o seu texto dava a entender de muitos modos, mas também reproduzia a sua experiência visual, partilhando-a com os leitores. A contemporaneidade possível da fotografia, colada sobre o papel, remete o leitor-observador para o próprio olhar de Gerson da Cunha, enquanto testemunha visual daquilo que descreve.

A autoria das fotografias não é enunciada. Não sabemos se foi o próprio historiador a realizá-las. Ou se contratou um fotógrafo-intermediário para o acompanhar nas suas excursões arqueológicas, como era bastante comum neste período devido às próprias dificuldades logísticas implicadas no processo fotográfico. Da quantidade de materiais necessários à dificuldade de os transportar, é importante ter em conta a materialidade e fisicalidade do processo fotográfico como tem explorado Christopher Pinney nos seus últimos trabalhos sobre fotografia na Índia<sup>(55)</sup>. Mas, independentemente de quem acionou o aparelho, é claro que Gerson da Cunha estava presente e muito implicado na sua produção. E se o autor das fotografias permanece desconhecido aos leitores, o autor do texto tem o cuidado de as legendar com pormenor.

Logo no frontispício do livro, Chaul aparece representada através da sua «porta exterior do Sul, ou porta do rio» e pela «Torre do Palácio do Capitão». Esta e outras portas monumentais são um dos principais objetos fotografados em Chaul. Baçaim, pelo contrário, revela-se mais através das ruínas de edifícios religiosos cristãos: as ruínas da igreja dos agostinhos, as ruínas da capela da Misericórdia, as ruínas da igreja e do convento dos franciscanos, as ruínas da igreja dos dominicanos, as

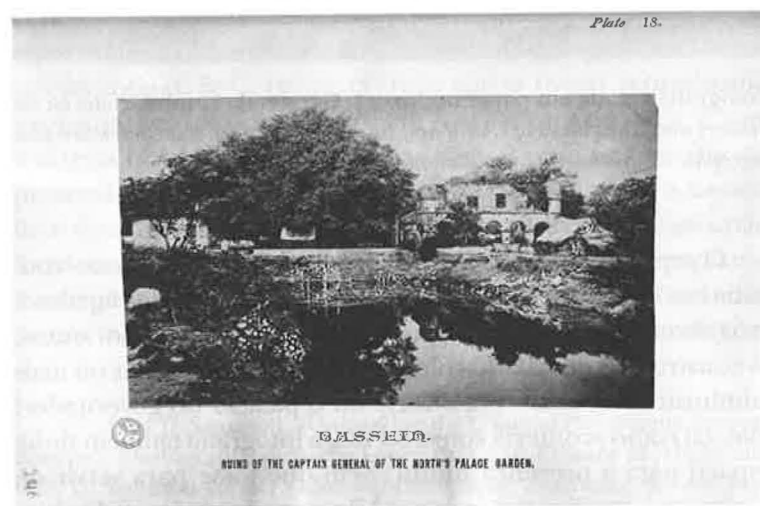
<sup>(54)</sup> Gerson da Cunha, J., *Notes on the History...*

<sup>(55)</sup> Christopher Pinney, *The Coming of Photography...*

ruínas do jardim e do palácio do Capitão Geral do Norte, mas também as ruínas da porta da Cidadela. A escrita, tal como a pintura ou o desenho, já tinham há muito descoberto a ruína enquanto *topos* descritível. Mas a fotografia, com a materialidade da sua presença e a sua emulação do olhar humano, vinha, desde meados do século XIX, aprofundar a capacidade de a apreender. Nas imagens fotografadas de ruínas, havia sempre a conjugação da natureza e do edifício construído, tal como as palavras ou o desenho já tinham feito nos séculos XVII e XVIII, mas na fotografia existia algo que sublinhava mais ainda a efemeridade contida na ruína.

IMAGEM 3. «Baçaim.

Ruínas do jardim do Palácio do Capitão Geral do Palácio do Norte»



Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Basseim. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

IMAGEM 4. «Chaul. Ruínas da Igreja e do Convento dos Agostinhos e o Templo Hindu»



Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

O repertório fotográfico sobre a Baçaim «portuguesa» consistia em dois tipos de edifícios: por um lado, aqueles ligados à religião católica, as igrejas, mosteiros e conventos; e, por outro, as construções do Estado colonial, de cariz mais militar ou mais administrativo, como era o forte ou o palácio do governador. Mas, tal como acontecia com a escrita, a fotografia também tinha espaço para a presença hindu, nem que fosse para servir de contraste à católica-portuguesa. Não por acaso os templos hindus são fotografados lado a lado com os seus equivalentes católicos. Um dos templos hindus estava situado ao lado da torre da igreja dos franciscanos, enquanto o outro, ao lado das ruínas da igreja e convento dos agostinhos. Neste último caso, o contraste era evidente: as ruínas do catolicismo junto ao edifício religioso hindu, inteiro e a uso. O passado e o presente num mesmo enquadramento fotográfico.

Em contraste com a fotografia pitoresca que se praticava na Índia por fotógrafos como Samuel Bourne, à procura de paisagens «inglesadas» longe de qualquer discurso político ou social da contemporaneidade, poderíamos sugerir que as fotografias realizadas ou comissariadas por Gerson da Cunha tinham implícita uma narrativa politizada de auge e declínio<sup>(56)</sup>. Estas são fotografias de uma «Índia Portuguesa» sempre projetada no passado, desprotegida, e mesmo, em risco de desaparecer. Imagens semelhantes às de outros projetos fotográficos de levantamento do património edificado indiano realizadas no mesmo período no contexto da Índia Britânica como o de Linnaeus Tripe<sup>(57)</sup>.

Além de motivada pela passagem do tempo, a deterioração estava a ser acelerada pelas mãos humanas. Os habitantes do lugar, tal como os romanos que ergueram os seus palácios com as pedras do anfiteatro de Flávio, como compara o historiador, construía as suas casas com os materiais dos conventos e das igrejas antigas. Se Gerson da Cunha não as tivesse reproduzido «as ruínas ter-se-iam transformado em montes de terra, e apenas teria ficado o registo das suas formas para as gerações do presente e do futuro»<sup>(58)</sup>. A proliferação de imagens no seu livro demonstra como a fotografia e, nos casos em que esta não funcionava, a litografia, eram cada vez mais utilizadas enquanto instrumentos de construção histórica, na Europa como na Índia. Na sua materialidade, a fotografia servia enquanto lugar de con-

<sup>(56)</sup> Gary D. Sampson, «Unmasking the Colonial Picturesque. Samuel Bourne's photographs of Barrackpore Park», in Eleanor M. Hight and Gary D. Sampson (orgs.) *Colonialist Photography. Ima(in)ing race and place* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002), pp. 84-106; James R. Ryan, *Picturing Empire. Photography and the Visualization of the British Empire* (Londres: Reaktion Books, 1997), pp. 45-72.

<sup>(57)</sup> Janet Dewan, «'This noble triumph of photography': Linnaeus Tripe's Thanjavur Inscription Panorama», in Maria Antonella Pelizzari (org.), *Traces of India...* pp. 141-154; Nicholas B. Dirks, «Colonial Amnesia and the Old Regime in the Regime in the Photographs of Linnaeus Tripe», in Maria Antonella Pelizzari (org.), *Traces of India...* pp. 197-216.

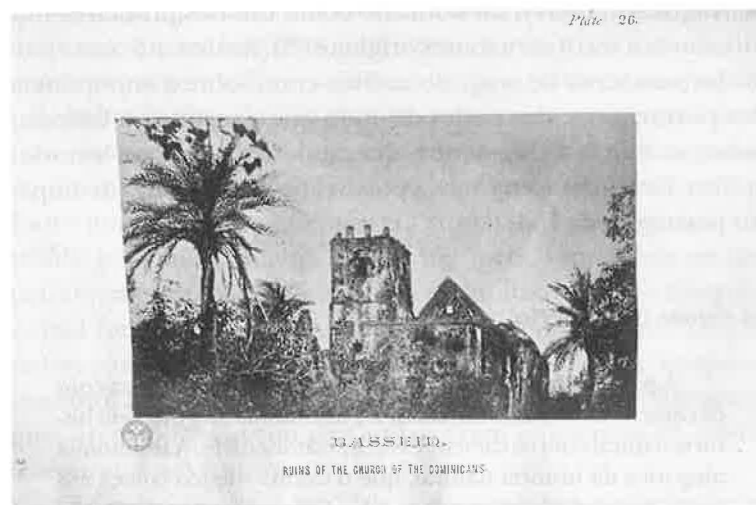
<sup>(58)</sup> J. Gerson da Cunha, *Notes on the History...* p. x.

solidação de uma memória, de muitos tipos de memória, individual ou coletiva.

No final do prefácio, Gerson da Cunha expôs as muitas dificuldades sentidas na constituição das imagens do livro, fotográficas e litográficas<sup>(59)</sup>. Mal tinham sido tiradas, as fotografias das ruínas tinham começado, segundo as suas palavras, «a desvanecer». Como numa metáfora irónica, a representação imitava a realidade em todas as suas características – as ruínas estavam prestes a desaparecer e por isso era urgente imortalizá-las através da fotografia. Mas sem os instrumentos adequados para a sua fixação duradoura, a fotografia tornava-se, ela própria, uma ruína daquilo que podia ser e, na eminência de desaparecer, traía a sua função de estagnar a realidade. Daí que o livro também utilizasse a litografia enquanto último recurso para os casos em que não se pudera recorrer à fotografia, ou na representação dos mapas. Como lamentava o seu autor, as possibilidades de reprodução litográfica na Índia não eram comparáveis com o seu equivalente europeu, onde a gravação em cobre ou madeira lhes assegurava uma outra qualidade. Impedido de realizar as litografias na Europa, segundo ele devido ao obstáculo da distância, só lhe restavam duas alternativas: ou suprimir todas as ilustrações, ou publicá-las com os limites dos seus meios precários, tal como acabou por fazer. O facto do objeto fotografado estar em risco de desaparecer, justificava a sua representação, mesmo que imperfeita, e mesmo que através de um método e um material que também não tinha garantida a sua perenidade.

<sup>(59)</sup> *Ibidem.*

IMAGEM 5. «Baçaim. Ruínas da Igreja dos Dominicanos»



Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

A consciência de Gerson da Cunha em relação à existência de diferentes cenários tecnológicos só servia para reforçar ainda mais a sua identificação com os paradigmas de uma modernidade oitocentista, consciente dos progressos recentes, bem como das desigualdades nacionais do seu usufruto. Mau grado o seu conhecimento destes instrumentos de reprodução, o lugar onde se encontrava não lhe permitia desfrutar de todas as suas possibilidades. Se as fotografias remetem o leitor para a Índia da qual Gerson da Cunha era testemunha ocular – para aquela que estava lá independentemente dos governos coloniais, mas também para a Índia britânica do presente, ou a Índia portuguesa do passado –, as duas frases que abrem o volume remetem o leitor para muito longe dali. Para uma cultura identificada como sendo europeia da qual ele se sentia parte e onde ia buscar ideias, métodos históricos, teorias e práticas, livros, referên-

cias, mas também epígrafes: uma frase de Blaise Pascal e outra de Augustin Thierry, identificado como um dos primeiros historiadores a recorrer a fontes originais<sup>(60)</sup>. Ambas as frases escolhidas para servir de epígrafe ao livro eram sobre a importância dos pormenores, das partes do todo que constituía a história. Sobre as ruínas e fragmentos que, unidos pela labor historiográfica, formariam a narrativa possível de uma história do império português da Índia.

### As ruínas do império

A palavra 'história' está gravada no rosto da natureza com os caracteres da transitoriedade. A fisionomia alegórica da história natural com os caracteres da transitoriedade. A fisionomia alegórica da história natural, que o drama trágico coloca em cena, esta realmente presente sob a forma de ruína. Com ela, a história transferiu-se de forma sensível para o palco. Assim configurada, a história não se revela como de uma vida eterna, mas antes como o progredir de um inevitável declínio<sup>(61)</sup>.

WALTER BENJAMIN

Depois do auge, vinha o «estado de decrepitude» ou, nas palavras de Walter Benjamin, o «inevitável declínio», do qual as ruínas do presente eram o principal vestígio<sup>(62)</sup>. Os edifícios de grandes dimensões que os portugueses tinham construído, religiosos e civis, espetaculares pelo investimento material que representavam, jaziam abandonados no século XIX. Enquanto ruínas tristes de um passado longínquo, constituíam-se na melhor das metáforas deste discurso de auge e declínio que era inseparável da historização da Índia Portuguesa deste período.

<sup>(60)</sup> Pascal: «Je tiens impossible de connaitres les parties sans connaitre le tout, non plus que de connaitre le tout sans connaitre en détail les parties»; Thierry: «Les détails sont l'âme de l'histoire».

<sup>(61)</sup> Walter Benjamin, *A Origem do Drama Barroco Alemão* (Lisboa: Assírio e Alvim, 2004), pp. 192-193.

<sup>(62)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p.110.

Este lugar atribuído à ruína fazia parte de um discurso histórico contemporâneo a Gerson da Cunha onde a materialidade enquanto prova histórica podia estar tanto num manuscrito como numa pedra. Com a diferença que a ruína estava ela própria imbuída daquilo que parecia caracterizar a própria «história»: transformação, passagem do tempo, mudança. A ruína era aquilo que tinha sido e já não era, estava lá mas já não estava. Entre um *passado* em que não era ruína mas sim edifício construído pela mão humana – fosse um forte, uma igreja ou um palácio; um *presente* em que já não era utilizado para o fim para o qual fora construído, mesmo que tivesse outros usos inesperados; e um *futuro*, onde está sempre implícito o seu desaparecimento. E onde apenas o historiador, antiquário ou fotógrafo que, no caso de Gerson da Cunha, eram todos num só, podia assegurar o seu futuro.

O destino da ruína era deixar de o ser. Era desaparecer e, assim, deixar de servir à história. A importância da ruína para a história estava precisamente aí. A ruína precisava do discurso da história para existir – de quem a visse, presencialmente; da escrita que a descrevesse; da fotografia que a fotografasse; ou do desenho que a registasse. Tal como a história precisava da ruína para provar a sua relevância enquanto modo de apreender a passagem do tempo num determinado lugar. O seu interesse, e atração, estava também na sua degradação, na iminência da sua fragilidade e na constante ameaça do seu desaparecimento. E é nesse equilíbrio, entre um processo de arruinamento que é, na sua essência, imparável, e a necessidade de estagnar esse processo, que a ruína se torna ruína<sup>(63)</sup>. Não por acaso a ruína tornou-se num objeto especialmente caro a visões diacrónicas da história, a metáfora perfeita dos tempos longos de auges e declínios dos impérios ou cidades que se ajustava perfeitamente a uma história do Império português na Índia.

<sup>(63)</sup> Michael S. Roth, «Preface», in M. S. Roth, Claire Lyons and Charles Merewether, *Irresistible Decay: Ruins Reclaimed* (Los Angeles: The Getty Research Institute for the History of Art and the Humanities, 1997), p. xii.

IMAGEM 6. «Chaul. A Porta exterior da Porta a Sul ou Porta do Rio e a Torre do Palácio do Capitão»



Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

IMAGEM 7. «Baçaim. Ruínas da Capela da 'Misericórdia'»

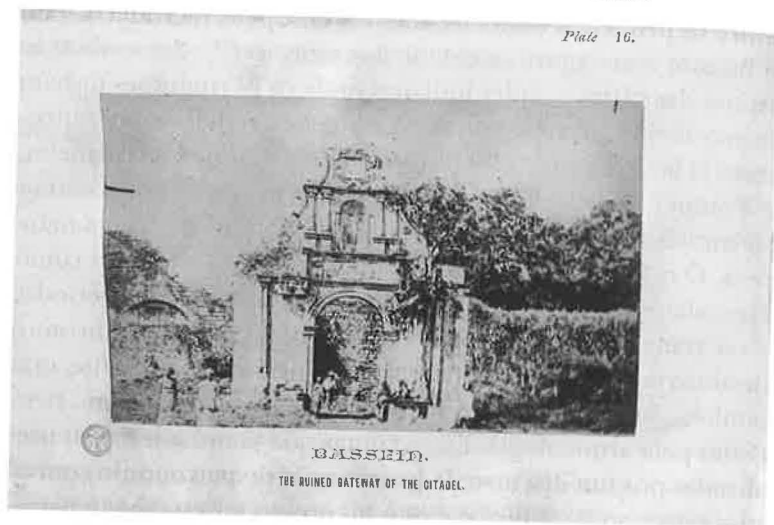


Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

Depois de ter alcançado «a eminência do luxo e do poder» entre os primeiros estabelecimentos europeus na Índia, Chaul e Baçaim eram agora «a cidade dos mortos»<sup>(64)</sup>. Ao analisar as ruínas das várias cidades indianas onde os portugueses tinham exercido domínio, Gerson da Cunha pode refletir sobre outros casos já bem consolidados historicamente – como Herculaneum e Pompeia – pelo facto de estes também provarem como as vicissitudes políticas podiam ser tão destruidoras como a natureza. O que Gerson da Cunha não referiu é que lugares como Herculaneum e Pompeia estavam, precisamente nesse período, a ser reinventados enquanto lugares de história e de turismo, destinos de peregrinação de viajantes curiosos do presente, mas também lugares descritos pelos guias e livros de viagem, bem como pela arqueologia. Eram ruínas que já tinham sido musealizadas por um discurso de preservação de património com as suas raízes no iluminismo e que, ao pretender estagnar a passagem do tempo, de alguma forma contrariava a essência da própria ruína.

<sup>(64)</sup> «the eminence of luxury and power», «the city of the dead», José Gerson da Cunha, *Notes on the History...* p. v. A propósito do «siege and destruction of Basseim» um popular guia de Bombaim remete os leitores para o trabalho do «Dr. Da Cunha»: James Mackenzie Maclean, *A Guide to Bombay: Historical, statistical, and descriptive*, 11.<sup>a</sup> ed. (Bombaim: at the «Bombay Gazette» Steam Press, 1886), p. 337. Segundo a arqueóloga alemã Gritli Von Mitterwallner, a escrever quase um século depois, o livro de Gerson da Cunha foi o primeiro a reunir num só estudo Chaul e Baçaim e a fazê-lo de um modo comparativo, in Gritli Von Mitterwallner, *Chaul. Eine Unerforschte Stadt an der Westküste Indiens (Wehr-, Sakral- und Profanarchitektur)* (Berlim: Walter De Gruyter & Co, 1964), p. 9; Mais recentemente, David Jackson voltou a debruçar-se sobre os vestígios da colonização portuguesa em Chaul e Baçaim e, ao fazê-lo, deparou-se, inevitavelmente, com o trabalho de Gerson da Cunha. Ver sobretudo «Ruínas do Império: A Cidade-Fortaleza de Chaul», in K. David Jackson, *De Chaul a Batticaloa. As marcas do império marítimo português na Índia e no Sri Lanka* (Ericeira: Mar de Letras, 2005), pp. 179-186; ver também K. David Jackson, «'Aqui Jaz Nada': Fantasmas do império na Índia Portuguesa», in Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (orgs.), *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo* (Porto: Campo das Letras, 2003), pp. 203-226.

IMAGEM 8. «Baçaim. A Porta da Cidadela em ruínas»



Fotografia colada em papel no livro: J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein. Illustrated with Seventeen photographs, nine lithographic plates and a map*, 1876, BNP.

O escrutínio de Gerson da Cunha, o seu olhar antiquário e histórico, atento à ruína e ao documento, pretendia dar a conhecer estes antigos empórios comerciais, «miniatura da época da civilização Luso-Indiana», a quem nada sabia sobre eles<sup>(65)</sup>. Mas Chaul ou Baçaim não eram alvo dos olhares diletantes dos turistas, nem de escritos eruditos. Alguns lugares indianos estavam já neste período a serem alvo de um discurso musealizante onde estavam também presentes os interesses económicos de um

<sup>(65)</sup> Um guia de Bombaim sugeria uma excursão a Baçaim numa noite de luar para testemunhar a «utter desolation of what was once a flourishing Christian city»: James Mackenzie Maclean, *A Guide to Bombay...* p. 337. Um ambicioso livro sobre a Índia em 1880 também descrevia as ruínas de Baçaim como uma visão romântica solene e melancólica, entre a densidade da vegetação e a luz ténue do luar, Richard Temple, *India in 1880*, 3.<sup>a</sup> edição (Londres: John Murray, 1881), p. 25.

turismo nascente – a cobrança de entradas para visitar templos hindus, por exemplo, ou a organização de excursões a sítios como as Caves de Elefanta nos arredores de Bombaim. Mas esta musealização incidia sobre aquilo que se identificava com a Índia, e a arquitetura construída pelos portugueses, sobretudo aquela associada ao catolicismo não tinha certamente lugar neste contexto de historização da Índia que também se traduzia na valorização dos seus monumentos, sobretudo daqueles hindus.

Foi ao descrever as «antiguidades de Chaul», numa segunda parte do seu artigo, que Gerson da Cunha se dedicou ao diálogo entre aquilo que se via no presente e a sua história passada. Testemunha ocular, o historiador partia daquilo que tinha à sua frente para o invisível, aquilo que não estava ali. Um fragmento ornamental encontrado recentemente em Chaul teria pertencido a um templo Jaina, mas nada mais restava na atualidade que ajudasse a esta reconstrução<sup>(66)</sup>. Eram poucos vestígios para um dos lugares que tinha sido considerado um dos principais centros budistas da Índia ocidental. Das batalhas travadas entre muçulmanos e portugueses no século XVI, subsistiam as balas de canhão que ainda se encontravam espalhadas por toda a cidade de Chaul, mas Gerson da Cunha questiona se elas serão «as verdadeiras relíquias do cerco», um exercício de dúvida que contribuía para afirmar o seu discernimento historiográfico, atento à veracidade das fontes<sup>(67)</sup>.

Ao descrever o Forte de Chaul, principal vestígio arqueológico da cidade, convidou o leitor a seguir os seus passos de turista-antiquário, recorrendo a uma linguagem rica de visualidade. Para além das transformações perpetradas pela natureza – um topos constante nas descrições sobre cidades indianas e, em geral, nas descrições de ruínas – havia aquelas realizadas pela mão humana, especialmente na sua reutilização dos fragmentos arqueológicos para novas funções. A figura escultórica de um guerreiro, que as escassas letras visíveis identificavam

<sup>(66)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History... p. 61.

<sup>(67)</sup> *Ibidem*, p.102.

como um dos reis de Portugal, um D. João ou um D. Sebastião, tinha sido reinventado com outros significados:

A figura foi agora transformada pelo devoto aldeão no ídolo de Khandobâ, a cara besuntada com óleo, e a cabeça coberta com uma camada grossa de tinta encarnada. Um altar dedicado ao *tulsî* está montado à sua frente e é aí que são recebidas diariamente as oferendas de flores e de arroz, e tudo isto é partilhado com a figura do guerreiro. Que seja a figura de um dos Reis de Portugal – que em tempos idos fizeram tudo o que estava em seu poder, gastando milhões da sua tesouraria, para acabar com a idolatria na Índia – a servir agora para alimentar as propensões supersticiosas dos descendentes dos seus anteriores vassallos, parece ser uma reflexão deveras humilhante. Haverá contudo um aspecto consolador em todo este cenário, embora possa parecer vandalismo à sóbria imaginação de um antiquário: algum iconoclasta consciente eliminou por completo as mãos, orelhas e nariz do santo guerreiro, ficando a superfície facial tão lisa como uma pedra mármore<sup>(68)</sup>.

Gerson da Cunha abandona a ironia para analisar, e criticar duramente, a iconoclastia muçulmana, que ele considerou ter sido muito prejudicial na relação com os hindus<sup>(69)</sup>. Segundo ele, a intolerância muçulmana, mesmo em relação às imagens mais inócuas, explicava «a medonha desfiguração da escultura do guerreiro em Chaul». A estátua estava, assim, imbuída de três intervenções, de três culturas religiosas que tinham sido predominantes em diferentes períodos da história daquele lugar. A figura original não era de um santo, mas de um homem, rei ou guerreiro, inseparável da cultura portuguesa à qual pertencia no momento da sua produção; os muçulmanos, num outro momento da história, e a partir de um lugar de poder, tinham retirado à escultura aquilo que a humanizava; mas a iconoclastia muçulmana não fora suficientemente forte e, mesmo sem face, os hindus do presente tinham voltado a dar-lhe uma função, um nome e um culto.

<sup>(68)</sup> *Ibidem*, p. 126.

<sup>(69)</sup> *Ibidem*, pp. 126, 127.

Enquanto no artigo sobre Chaul a hibridizade de uma estátua que tinha inscrita três religiões distintas parecia ter sido apreendida pelo próprio Gerson da Cunha, num outro artigo escrito uns anos mais tarde, quando voltou a referir a mesma estátua, acrescentou que fora um «aldeão Hindu com humor negro» a chamar-lhe a atenção para a ironia do destino visível na reconversão da estátua do português. A propósito deste objeto o historiador fez uma reflexão alargada sobre as diversas colonizações indianas: «é sabido que a dominação política é muitas vezes precária, e que não foram poucos os invasores que vieram mas que se foram embora, e a Índia tem-se transformado num espaço natural para tais efemérides, mas nunca esperei ver uma tal profanação»<sup>(70)</sup>. Conclui com uma frase sobre a forma como o tempo trazia as suas vinganças e a sucessão de impérios invertia as relações de poder, tornando-se algumas visíveis na pedra, como acontecera com a escultura de Chaul.

A história proposta por Gerson da Cunha era uma história com lições, onde o destino passado de uns anunciava o futuro destino dos outros. Embora aqui não trataremos este assunto, há que ter presente que no contexto historiográfico britânico, sem dúvida familiar a Gerson da Cunha, o Império português e o seu declínio era, por vezes, utilizado como exemplo de como o império britânico do presente não devia proceder para evitar ter o mesmo destino<sup>(71)</sup>.

A passagem do tempo e da história, segundo ele, assim como as diferentes colonizações e religiões ali vividas estavam inscritas naquela escultura, que voltara a nascer quando parecia ter sido destruída. Gerson da Cunha não esconde que a sua intolerância em relação aos muçulmanos é maior do que a sua intolerância

<sup>(70)</sup> José Gerson da Cunha, «A Brief Sketch of the Portuguese and their Language in the East», *The Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*. 1892, n.º XLIX, vol. XVIII (Bombaim: Society's Library, 1893), pp. 168-191, p. 187.

<sup>(71)</sup> Por exemplo: Richard F. Burton, *Goa and the Blue Mountains or six months of sick leave*, introd. de Dane Kennedy (Berkeley: University of California Press, 1991; 1.ª ed., 1851).

em relação àquilo que era tantas vezes apresentado em textos europeus, católicos ou protestantes, como sendo a «idolatria hindu»<sup>(72)</sup>. Mesmo tendo em conta que ele era muito crítico em relação à violência dos métodos de conversão católica impostos pelos portugueses em séculos anteriores, que também tinham incluído a destruição dos símbolos e espaços hindus, a sua denúncia em relação aos católicos não possuía o tom generalizado que era evidente na sua caracterização dos «muçulmanos». Entre as antiguidades muçulmanas, encontravam-se os restos de uma mesquita de grandes dimensões<sup>(73)</sup>. Mas, segundo o estudo de Hearn citado por Gerson da Cunha, o canhão português destruíra grande parte da sua estrutura e dos minaretes. Neste caso, as ruínas eram resultado da violência de um conflito e não dos ritmos, lentos, do tempo e da natureza, tal como acontecera com as mais famosas «ruínas» da Índia Britânica – as da revolta de 1857<sup>(74)</sup>.

Também em Chaul, nas ruínas da antiga Igreja dos Agostinhos, Gerson da Cunha deparou-se com um outro exemplo de reapropriação, neste caso, a reutilização de um espaço sagrado

<sup>(72)</sup> Um caso semelhante é mencionado pelo indianista italiano Angelo De Gubernatis, no seu relato de viagem pela Índia: num dos dias em que visitou Bandora, a 35 minutos de comboio de Bombaim, o vice-Cônsul francês apresentou-o a uma família que lhe mostrou as suas antiguidades indianas. Gubernatis reparou com curiosidade na estatueta de um Deus indiano vestido de português, e pelo traje calculou que fosse de finais do século XVI, mas o dono confessou que não reparara nesse pormenor da vestimenta. O hibridismo que Gubernatis identificou, manifestou-se irrelevante para o seu proprietário. Será esta uma apropriação cristã e portuguesa de uma representação de um Deus indiano? Será, pelo contrário, uma paródia hindu semelhante àquela que acontecia quando um indiano se «mascarava» de europeu, num desfile carnavalesco ou numa peça de teatro? Ou será, ainda, um verdadeiro objeto sincrético? Uma estátua de um Deus indiano vestido como um santo, à maneira católica?, BNCF, Manoscritti, Angelo De Gubernatis, *Relazioni del suo viaggio nell'India*; autogr.; 1885-86, [II, IV, 674], fls. 67, 67 v.

<sup>(73)</sup> *Ibidem*, pp. 161, 162.

<sup>(74)</sup> Narayani Gupta, «Pictorializing the 'Mutiny' of 1857», in Maria Antonella Pelizzari (org.), *Traces of India...* pp. 217-239.

cristão com uma dupla função, utilitária e religiosa. No *sacrum*, pequeno nicho do altar-mor, fora feito um buraco para instalar um cano de irrigação, e num pedestal que lhe estava próximo, com certeza para ostentar a cruz, via-se agora um altar ao *tulsî*, planta sagrada Hindu. Ainda em Chaul, Gerson da Cunha testemunhou como um Bhandâri, nome de uma das castas da costa ocidental da Índia associadas ao mar, tinha em casa uma pedra tumular com uma inscrição que ele usava para afiar as facas<sup>(75)</sup>. Mais uma vez, a lição da história, de vingança e inversão de hierarquias, era bem evidente para um historiador interessado em observar os tempos longos e em demonstrar a efemeridade dos poderes: «neste aspeto, os portugueses depararam-se simplesmente com uma punição tardia por aquilo que no seu tempo fizeram aos templos hindus»<sup>(76)</sup>. Ao lado das ruínas da Igreja dos Agostinhos, um templo hindu construído recentemente contrastava com as ruínas do catolicismo.

\*

Os textos de Gerson da Cunha, assim como as suas fotografias e litografias surgem como um gesto para preservar uma história que estava em vias de se tornar ilegível e indescritível. Um gesto para estagnar o processo, inevitável, de deterioração ou mesmo erradicação dos vestígios materiais da presença portuguesa na Índia que já não estava, na segunda metade do século XIX, sob domínio português. Nestes textos-fragmentos daquilo que o historiador imaginara que se viria a tornar numa «história da Índia Portuguesa», algo que nunca chegou a realizar, está sempre latente o discurso historiográfico tão comum de passado glorioso em contraste com a decadência do presente. Discurso este que se consolidara no século XIX, sobretudo em contraste com a pujança do vizinho Império britânico, e que persistira ao longo do século XX, nas muitas formas que a historiografia do Estado Novo teve de preservar esses vestígios – das

<sup>(75)</sup> José Gerson da Cunha, «Notes on the History...» p. 153.

<sup>(76)</sup> *Ibidem*, p. 146.

reconstituições de edifícios em exposições, às comissões para projetos fotográficos nas colónias feitas nos anos 1950, e que a própria historiografia do presente português consolidou através dos seus muitos projetos de levantamento das «marcas» portuguesas no mundo.

Mas aquilo que para alguns – incluindo Gerson da Cunha – era a nostálgica evocação de um império que também se admirava porque se tinha perdido era, para outros, um sinal de que a história sabia punir aqueles que abusavam do poder e não tinham sabido usá-lo de forma apropriada. Assim, no interior de uma historiografia britânica sobre a Índia, ou mesmo nos topos canonizados pela escrita de viagem, as ruínas da Inquisição em Velha-Goa surgiam como o fim merecido de uma instituição castigadora que não poderia existir no presente. O fim da «lenda-negra» da Inquisição goesa que, para o protestantismo britânico, representava todos os males imbuídos no catolicismo, na Europa como na Ásia. As ruínas das cidades do Império português podiam ser tanto a prova de que os «maus» impérios sucumbiam vítimas dos seus próprios erros, como sinais de grandiosidade perdida.

Gerson da Cunha partilhava com muitos outros seus contemporâneos uma visão imperialista da história. Porém, aquilo que o distinguia era o seu domínio de diferentes tradições historiográficas, o facto de escrever a partir de várias Índias e várias Europas e de não se deter apenas na dimensão portuguesa das regiões que escolheu estudar. Enquanto habitante de cidades coloniais, colonizadoras ou colonizadas – tais como Goa, Bombaim, Londres, Edimburgo e novamente Bombaim –, subverteu os limites do lugar a partir do qual escrevia. O facto de escrever a partir de tantos lugares que não se cruzavam uns com os outros também tornou invisível a sua escrita sobre as cidades do antigo Império colonial da Índia. E fez com que a sua história feita de fragmentos – de escrita como de ruínas –, permanecesse nos interstícios das narrativas nacionais, portuguesas ou britânicas, feitas sobre os impérios coloniais.